

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
LICENCIATURA EM DANÇA

Suelen Martins Bittencourt

A LEGITIMIDADE DA DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Uma narrativa do Instituto de Educação General Flores da Cunha

Porto Alegre

2015

Suelen Martins Bittencourt

A LEGITIMIDADE DA DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Uma narrativa do Instituto de Educação General Flores da Cunha

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela acadêmica Suelen Martins Bittencourt, ao Curso de Licenciatura em Dança da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança/ESEFID da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do Grau de Licenciado em Dança.

Orientadora: Prof.^a Dra. Flavia Pilla do Valle

Porto Alegre

2015

SUELEN MARTINS BITTENCOURT

A LEGITIMIDADE DA DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Uma narrativa do Instituto de Educação General Flores da Cunha

Conceito final:

Aprovado emdede 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Maria Luisa Oliveira da Cunha - UFRGS

Orientador/a– Prof. Dra. Flavia Pilla do Valle

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com um carinho todo especial, à minha família que sempre estivera ao meu lado, me apoiando, dando forças e conseqüentemente me motivando a seguir esse processo de formação acadêmica. No entanto, destaco nessa dedicatória, em especial, à minha irmã, essa ganhou um papel diferenciado, pois compartilhou comigo diariamente todo o meu esforço e dedicação atribuído ao Curso de Licenciatura em Dança. Apoiando-me e ajudando-me, principalmente quando me fazia refletir sobre a busca pela minha formação! Com certeza, sem o apoio dessa linda família eu não teria conseguido chegar até aqui com a intensidade em que cheguei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à *Deus*, por me manter com pensamento positivo, durante todo este período de formação acadêmica. A ele eu agradeço: o olhar sensível, espiritual e acolhedor. Sem ele não seria possível esta realização. Me fez acreditar que a fé é um elemento essencial para que possamos acordar olhando para o amanhecer e deitarmos olhando para o entardecer. A intensidade do olhar para essas paisagens, me fez entender que os dias só existem porque gostaríamos de vivê-los intensamente!

À minha irmã, Chaiane Martins Bittencourt, que tornou-se minha companheira, amiga e confidente. A ela eu agradeço, pois muitos foram os momentos de alegrias e decepções neste longo período. Apesar de sermos muito diferentes, descobrimos que somos eternamente gratas, à Deus e aos nossos pais, pois tivemos a felicidade de sermos irmãs. Fonte de inspiração, pessoa que admiro e respeito. Agradeço mil vezes se preciso for, por toda paciência que precisou ter para que melhor pudessemos conviver. Momentos de discussões, choradeiras, festas, jantares, fofocas, risadas, lembranças, preocupações e angústias, certamente foram compartilhadas com ela, porque considero ser entre qualidades e defeitos a melhor irmã do mundo, simplesmente amo-a!

Aos meus pais, que mesmo estando separados, foram exemplo de esforço e união.

À minha mãe Maria Elizabete Martins, que não meço palavras para expressar o tamanho do amor que tenho por ela. Esta não só me passou uma belíssima educação, como também me ensinou que para sermos felizes temos que ser livres, mesmo com a distância, nunca fez com que eu ficasse sem amparo. Percebi durante esse período acadêmico que amor de mãe é único, e esse está sempre renovado! Se tem um sentimento que floresce todos os dias em mim, é a saudade que sinto... Saudade boa, saudade que me faz chorar!!! Quantas vezes sentia saudade desse colo, desse carinho... Sua voz era o que me acalmava, pois sabia que a saudade não iria diminuir, mas que ela continuava ali, esperando nosso reencontro. Agradeço principalmente por me amar e por demonstrar esse amor, pois o meu amor por você é incondicional.

Ao meu pai, Edgar de Bittencourt, que sempre me incentivou a estudar e que me ensinou que temos que ir atrás do que realmente queremos e que precisamos ser inteligentes para dar os passos na hora certa. À ele eu agradeço todo o apoio e confiança, pois foram fundamentais para que eu tomasse as minhas decisões e para que eu me tornasse fruto do seu próprio esforço. O nosso amor de pai e filha, se cruza sempre em que nos olhamos; sempre que nos abraçamos!! Me inspira, pois sinto extrema admiração, respeito-o e sinto necessidade de estar eternamente ao seu lado. Foste para mim, um pai presente e preocupado! Com isso, sempre me passara regras importantes para a vida, que resume-se em: dar valor para as coisas mais simples da vida, ser honesto, valorizar as oportunidades da vida, dialogar antes de discutir, ser feliz e cuidar da saúde! Regras norteadoras, bases, na minha educação, a qual agradeço e tenho certeza que permanecerá comigo. Amo vocês!

À minha avó, Maria Rita de Souza Martins (in memoriam), uma das únicas tropeiras do Rio Grande do Sul. A qual me incentivou o gosto pelas campeiradas da vida. Inspiração sem igual, o amor que descobrimos uma pela outra, fez com que eu tatuasse em meu pulso não só a saudade que a cada dia floresce, mas também a amizade de uma mulher guerreira.

Ao meu grande amigo, Paulo Fabrício Sachet Massoni, por todos os momentos de cumplicidade, paciência e compreensão que tivera comigo. Pode-se dizer que vivemos juntos o ritmo acadêmico, sempre muito prestativo ajudando-me a realizar trabalhos ou até mesmo a estudar para as provas. Para mim, es muito mais do que um ex-namorado! És alguém em que confio, respeito e quero bem e que sei que também gosta de mim e que me deseja todo o sucesso possível. Me admira e se preocupa! Me ensinou muito sobre a vida, incentivou-me a estudar e a correr atrás de diferentes oportunidades. Momentos fundamentais de tranquilidade e prazer, muitas risadas, pipocas, filmes, concursos, trabalhos, viagens, restaurantes, presentes e principalmente fidelidade. Exemplo de profissional, que me mostrou que na vida encontramos a simplicidade que precisamos para viver. Gratidão!

À minha terceira orientadora, Flavia Pilla do Valle, agradeço primeiramente pela compreensão que teve desde os primeiros minutos que aceitou a me orientar, mesmo diante de um semestre turbulento, vinda de outras orientações. Conseguiu me acolher e ir além das minhas expectativas, pois soube me orientar de forma reflexiva e direcional. Questionando ponto a ponto, às vezes quase me enlouquecendo. Mas, visivelmente a orientação direcionava-se ao que realmente eu gostaria de passar para o leitor, através da minha pesquisa. Muitos puxões de orelha, fizeram com que percebe-se que não é fácil escrever de uma forma homogenia. Mas, também me fizeram perceber que a vida sempre nos agrega aprendizado diário e, que isso é importante fazer parte do processo e não só do resultado de uma determinada pesquisa.

À minha primeira orientadora, Maria Luisa Oliveira da Cunha (Malu), por ter sido sensacional em seus direcionamentos, corrigindo as versões, dos meus "pequenos textos"... E por sempre lembrar, cuidadosamente, que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não é uma Tese de Doutorado! Agradeço à Deus, desde o primeiro instante em que nos conhecemos, pois a minha afinidade por ti só cresceu. Conseguiste passar para mim, o papel da docência quando levado e executado na escola. Imagino o quanto seus dias de avaliação ao estágio em docência no ensino infantil, eram divertidos! Pois, éramos navegantes de primeira viagem. Muitas histórias para contar, um sorriso seu, um elogio... Enchiam os meus pulmões de ar, servindo de combustível para eu não desistir e acreditar que só seremos docentes se formos sujeitos da experiência, o que me foi oportunizado de diversas formas, no percurso acadêmico. Gratidão aos seus ensinamentos!

Às professoras Maria Beatriz Gomes da Silva, Maria Luiza Rodrigues Flores e Tânia Ramos Fontoura, pelas contribuições textuais e até mesmo outras indicações de referenciais que poderiam ser usados para enriquecer este trabalho acadêmico.

Ao professor Jair Felipe Umann, por ter feito das suas aulas algo tão significativo ao meu aprendizado não só acadêmico. Mas, principalmente pessoal!

À professora Luciana Paludo, por ter me mostrado a simplicidade do corpo em movimento. O detalhe do jogo de luzes; a textura do que me cobre e a ousadia do olhar, que avista um horizonte de possibilidades! Ensinaamentos ricos, vezes temperados, logo apimentados. Mestre/doutora, que chega a brincar com as formas de composição corporal. Fez com que eu aprendesse que o ato de criar impulsiona e a criação. Lembrava-nos em suas aulas que " a tela é o espaço e nós somos a pintura, logo compomos porque temos bagagem para isso". Agradeço também, os empréstimos dos livros bases para a escrita deste trabalho. Além de ser inspiradora em suas produções textuais, faz com que nos direcionemos a outros mestres do conhecimento, que diga-se de passagem ótimas indicações!

Aos amigos do Curso de Licenciatura em Dança-UFRGS, destaco colegas, que conheci ao longo do curso e que possuem qualidades admiráveis. Sei que nossos encontros não foram ao acaso e que surgiu com o tempo muita cumplicidade, afinidade, respeito, admiração e companheirismo.

À Patrícia Silva da Rocha, exemplo de esforço e dedicação, amiga e companheira. Com ela eu aprendi, que há situações que fogem do nosso controle, simplesmente porque nem todos pensam e agem da mesma maneira e com a mesma convicção! Responsável ao extremo, que me inspira enquanto integrante da comissão de formatura e que divide comigo suas preocupações, angústias e alegrias.

À Caroline Rodrigues Bonfim, por ter sido tão presente nesse processo de finalização de curso. Amiga e companheira das práticas docentes ao lanche de domingo para finalização de trabalhos. Sua garra renova as minhas energias, pois com ela não há tempo ruim, apenas outras formas de se fazer acontecer!

À Rayssa Fontoura, por tem me ajudado, em um período pós-cirúrgico. Inúmeros momentos bons com ela, pessoa encantadora, simples e engraçada, que muitas vezes me fez rir e/ou me viu chorar.

Ao Marco Antônio de Almeida Pereira, pessoa de grande valor para mim, pois seus posicionamentos, são muito coerentes as suas práticas. Muitas risadas, ensaios de forró, interesses ao maxixe! Entre aulas e ensaios, descobri que fui contemplada ao conhecer e dividir momentos com essa figura, que recepciona o desconhecido com um sorriso no rosto. Grande Marco! Nossas conversas, me impulsionam a não me deixar levar por contextos formados, modulados e por vezes rotulados. Aprendi que o posicionamento é algo que referencia-nos no espaço... Quando há uma falta, percebe-se que o espaço está vazio! Amizade que quero pra vida toda!

Ao Frederico Corteze, pois tive a sorte de conhecer e compartilhar alguns processos de aprendizado nesse final de período acadêmico e que por muitos momentos fizera com que eu refletisse sobre coisas simples. Mas, ao mesmo tempo as quais tornavam-se complicadas para tal entendimento. Provocando lacunas no pensamento a partir das diferentes formas de se pensar o corpo para além de sua geografia corporal.

Aos colegas do Curso Técnico em Massoterapia, por de forma compreensiva terem me ajudado a realizar as atividades e a atualizar os cronogramas das disciplinas curriculares, referente as demandas do curso técnico. Muitas provas, trabalhos e práticas, foram reflexo da minha intensidade de estudo. Me dediquei por completo aos dois cursos que juntos fizeram com que "as teorias" do corpo/movimento fizessem sentido.

Agradeço às turmas do Curso Técnico em Massoterapia, promovido pelo sistema Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego), e gerenciado pelo Sistema de Ensino Gaúcho (SEG). Neste Curso, destaco alguns colegas que fizeram muita diferença, nesse processo de formação acadêmica. Em especial aos colegas: Camile de Assis Morh, Eunice Santiago de Braga, Fabiano Morrudo Silva, Fabrice Percícila Pereira Paolin e Gerusa Silveira Moraes. Por estes, tenho um carinho imenso. Entre qualidades e defeitos se gerou companheirismo, respeito e compreensão. Diferentes histórias, várias aulas, muitas risadas. Nossas jantas para descontrair. Amizades prestativas que sempre se colocaram à disposição quando eu necessitei.

Agradeço imensamente toda a ajuda, em momentos de tensão que muitos me aconselhavam e diziam: " Su! Respire, vai dar tudo certo! " ... Momentos únicos fizeram com que eu ouvisse palavras certas. Em especial a quatro pessoas que posso falar que realmente me conquistaram!

À Kelly Daiana Pereira da Cruz, por todos os dias me desejar um bom dia, perguntar como estava! Se estava me alimentando; se estava ido ao médico; se precisava de alguma coisa. Por inúmeras vezes ficar esperando o ônibus na parada, sem ao menos se preocupar consigo! A ela eu agradeço infinitamente, pois saber que posso contar é algo que dou muito valor! Sempre que chego na aula, ela vem ao meu encontro. Às vezes alegre, outras vezes meio xucra... Quando está errada sabe de forma humilde pedir desculpas, percebe que na vida temos poucos amigos e os que gostamos, precisamos estar próximos e dar valor!

À Ana Claudia Rosa de Barros e à Suelen Leticia Machado Romero, por terem assumido e firmado uma grande amizade comigo. Através da sinceridade, humildade, compreensão, preocupação e principalmente confiança. A elas expresso a minha gratidão e agradecimento a todos os momentos que não me deixaram caminhar sozinha.

À Beatriz do Nascimento Rocha, por ter aberto espaço em seus planos profissionais, para que eu pudesse entrar. Exemplo de profissional, que dedicasse em prol da sua realização. Sua energia faz com que o ambiente se tranquilize ao observar a vida em movimento. Por ela tenho grande admiração!

À todos que contribuíram de alguma forma, para que os meus dias fossem mais felizes, tranquilos e direcionais ao meu complemento profissional.

EPIGRÁFE

“De tudo ficam três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando,
A certeza de que é preciso continuar,
E a certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar.
Fazer da interrupção um novo caminho;
Fazer da queda um novo passo de dança;
Do medo uma escada;
Do sonho uma ponte;
E da procura um encontro.”

Fernando Sabino (1996)

RESUMO

A discussão da dança na escola, neste trabalho, parte de uma vivência de estágio obrigatório do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS, realizado em uma turma de educação infantil, no segundo semestre de 2014. Esta pesquisa tem como objetivo narrar e problematizar esta experiência de estágio de dança. A metodologia escolhida para nortear esta pesquisa é a narrativa. Por potencializar a escrita dos sujeitos envolvidos, ela investiga a visão da escola e de seus agentes que participaram na vivência de estágio citada. Com intuito de discutir a legitimidade da dança na escola de educação infantil, o presente trabalho expõe, inicialmente, as bases legais vigentes que inserem a dança como arte na educação básica. O trabalho segue abordando a questão da arte/dança como campo de conhecimento. Posteriormente, problematiza-se a formação em dança como um trabalho corporal e artístico, tanto por parte dos alunos da educação infantil quanto dos profissionais que atuam neste ambiente. Sendo assim, os resultados da pesquisa apontam que a prática compartilhada nos estágios é uma importante ferramenta na formação acadêmica por possibilitar que os futuros professores possam aprender uns com os outros. Tudo isso, é potencializado pelo apoio da equipe da escola. Além disso, ressalta-se a contribuição da dança na disposição corporal dos alunos da educação infantil e isso parece ficar enfatizado com a atuação dos estagiários que tem uma preparação e formação específica em dança. Com isso, finaliza-se destacando a importância do estágio no percurso da formação acadêmica universitária e a legitimidade da dança na educação infantil.

Palavras-chaves: dança, educação infantil, estágio, artes.

ABSTRACT

The discussion about dance teaching at classes in this work was inspired from a real experience during a mandatory internship in a children education school, on 2014's second half. This research's main goal is to describe and debate the experience throughout the internship. The narrative methodology was chosen to guide the writings, since it empowers the subjects' points of view, as the school and its agents. In order to discuss the legitimacy of dance teaching at children school classes, the current work initially exposes the legal bases that ensure dance as art in basic education. Then, the research approaches the art of dance as a knowledge field and shows the problems of students and teachers in dance formation as a corporal and artistic work. Therefore, the research's results indicate that shared practice on internship it's an important tool within academic formation by enabling future teachers to learn with each other. All of this is potentialized by the school staff's support. Besides, it's important to highlight the dance's contribution to children's corporal disposal and that's intensified by interns performance. That being said, this work proves the importance of internship in academic formation and dance's legitimacy at basic education.

Keywords: dance, basic education, internship, arts

LISTA DE ABREVIATURAS

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
SISUTEC- Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego
SEG- Sistema de Ensino Gaúcho
MEC- Ministério de Educação
MinC- Ministério da Cultura
SEB- Secretária de Educação Básica
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB- Leis de Diretrizes e Bases
PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais
RCNEI- Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil
Fundef- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
Fundeb- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
FAEB- Federação de Arte-Educadores do Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA.....	16
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	30
3.1.LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: EDUCAÇÃO INFANTIL, ARTE E DANÇA	30
3.2.A ARTE NO ENSINO INFANTIL E SUA TERMINOLOGIA E SIGNIFICAÇÃO ...	48
3.1.1 A importância de se estimular atividades criadoras para a criança	53
3.1.2 Ambiente lúdico e feedbacks: estímulo e aprendizagem	57
3.1.3 O mundo mágico da apresentação e representação coreográfica	60
3.2.DANÇA NA ESCOLA: DIPOSIÇÃO COPRORAL DA CRIANÇA	61
3.2.1.O desenvolvimento de habilidades corporais na educação infantil	63
3.2.2.O objetivo e a necessidade da inserção da dança no ensino infantil	65
3.2.3.Do ensino à avaliação: professor de dança e sua sistemática pedagógica.....	68
4.CAMPO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPONENTES DE DANÇA NA ESCOLA	70
4.1.SUJEITOS COLABORADORES E SUAS EXPERIÊNCIAS: ANÁLISES DOS RELATOS	71
4.1.1Legislação para a Educação Infantil: Em diálogo com a arte da dança	72
4.2.1.Dança na Escola: Reflexo do Trabalho Artístico e Corporal.....	74
4.3.1Legitimidade Profissional: Formação-Atuação de Professores/Estagiários.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERENCIAIS.....	87
ANEXO A-E – Termos de Consentimento Informado aos Colaboradores.....	91
ANEXO F- I – Questionário: Relato de Experiências dos Sujeitos.....	96
ANEXO J - Fotos: Estágio no Ensino Infantil.....	110

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de abordagens específicas, estruturadas de forma a refletir sobre a temática proposta, sendo identificada como: *“A legitimidade da dança na escola de educação infantil: Uma narrativa do Instituto General Flores da Cunha”*. A inspiração para essa presente pesquisa, surgiu a partir da realização do estágio curricular de caráter obrigatório, inserido ao currículo do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Rio Grande de Sul/ UFRGS.

Os estágios, propostos e incluídos junto a formação de alunos acadêmicos do Curso de Licenciatura da UFRGS, tem como intuito preparar o acadêmico a práticas pedagógicas, voltadas aos diferentes contextos encontrados no campo profissional de ensino. Nestes estágios, a universidade possibilita a inserção do estagiário (profissional aprendiz) na escola. O que faz com que o acadêmico exercite o seu conhecimento a partir de um campo prático de ensino.

Os estágios são vistos como um processo obrigatório que impulsiona a reflexão de práticas pedagógicas, voltadas a um planejamento específico. Estes favorecem o campo prático que por sua vez auxilia o acadêmico a estruturar aulas, dentro de suas habilitações. Assim, estimulando o pensar e repensar formas de se fazer, enquanto consistência de ensino, em prol a contribuir com a formação de diferentes faixas estarias.

A fonte inspiradora para a realização desta pesquisa, dentre os estágios realizados, ganhou um brilho maior quando realizado o Estágio de Docência em Dança no Ensino Infantil II¹. Este estágio, fez com que eu abrisse os olhos para além das aulas propostas no campo de ensino. A estrutura prática para ministrar as aulas era feita de forma compartilhada, onde podíamos dar aula, auxiliar ou avaliar, havendo uma rotatividade entre funções.

A instituição envolvida, neste estágio, tem disponibilizado seu espaço educacional para aqueles que procuram inserir novas práticas pedagógicas sugeridas e introduzidas através dos estágios. Possibilitando que alunos

¹ **Estágio de Docência em Dança no Ensino Infantil II**, é a continuidade do Estágio I oferecido e incluído a grade curricular do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul /UFRGS. O estágio II é pensado para o 4º semestre do Curso, no entanto, vivenciei esta etapa estando no 8º semestre do Curso em formação.

acadêmicos possam propor e potencializar atividades em prol de beneficiar o desenvolvimento corporal, lúdico e social da criança.

Assim como o curso de dança, outros cursos² atuam com a inserção de estagiários nessa mesma escola de educação infantil. O que acredito contribuir para a formação do acadêmico que por sua vez também trará propostas inovadoras e contributivas para as práticas de ensino, na escola.

Justifica-se a realização desta pesquisa em razão de se perceber, através das práticas pedagógicas realizadas com alunos da educação infantil, as contribuições que a dança propõe junto ao ambiente lúdico das crianças. Assim como, por proporcionar aos futuros profissionais³ a potencialidade de se observar o desenvolvimento da criança a partir de sua disposição corporal.

O que torna-se relevante destacar (nesta pesquisa), é olhar sensível do educador, pois este será o principal responsável pelo desenvolvimento e disposição corporal aos primeiros passos da criança, no ambiente escolar. As pesquisas para este trabalho, foram realizadas pensando na melhoria de diferentes direcionamentos aplicáveis no campo da artes. A trazer o retorno positivo de satisfação e convencimento ao leitor, pesquisador e principalmente ao professor que busca sua legitimidade em dança.

Neste caso, identifico como problema de pesquisa, a necessidade de se compreender melhor o tema delineado. Para os autores, Prodanov e Freitas (2013, p. 34): “O problema surge de lacunas ou conflitos em função do quadro teórico existente”. Logo, questiono o seguinte contexto: “Como se dá a experiência de inserção da dança em uma turma de educação infantil”?

Essa pesquisa tem em seu objetivo geral: “Narrar e Problematizar a experiência da dança em uma turma de educação infantil”. A partir da experiência vivenciada no estágio de educação infantil, realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha⁴, no segundo semestre do ano de 2014.

² Outros cursos, me refiro em especial aos Cursos de Licenciatura em Educação Física e Pedagogia, que também estavam realizando práticas pedagógicas no Instituto de Educação, em 2014.

³ Futuros profissionais, neste contexto, são os acadêmicos do Curso de Dança da UFRGS.

⁴ **Instituto de Educação General Flores da Cunha**: É uma escola pública de Porto Alegre.

Deste objetivo central emergem as questões norteadoras da pesquisa que caracterizam-se como objetivos específicos. Estes organizo de forma a questionar pontos relevantes vistos para o desenvolvimento deste trabalho, citados a seguir:

1. Como a legislação vigente dialoga com a necessidade de qualificação de professores e do ensino das artes para a educação infantil?
2. Como a dança tem sido abordada na escola infantil a partir da literatura e dos agentes envolvidos no processo educacional da experiência narrada?
3. De que forma a prática da dança na educação infantil pode auxiliar na disposição corporal da criança?

A estrutura deste TCC, além desse segmento “ Introdução”, compõem-se pelos demais segmentos abaixo discriminados.

O primeiro capítulo – Metodologia – refere-se a planejamento e execução de estudo a campo, pontuados a cada processo desenvolvido como método de pesquisa.

O segundo de Revisão de Literatura está dividido em 3 subcapítulos. O primeiro subcapítulo - A legislação educacional para a educação infantil – apresenta alguns olhares, de caráter legislativo, destinados ao ensino, considerando as características da criança na fase de pré-escola/escolar. Trazendo em seu contexto propriedades que ressaltam o olhar que guiará a interpretação.

O segundo subcapítulo – A arte na educação infantil e sua terminologia e significação – apresenta o cenário das artes, enquanto o ideal e a realidade observada. Envolvendo atributos articulados a um ambiente saudável e lúdico, propício para que ocorra o processo de aprendizagem e assimilação ambiental pelo o aluno.

O terceiro subcapítulo – exhibe fundamentações ligadas à intencionalidade geral deste trabalho, que parte da reflexão sobre a importância de se legitimar a dança na escola. No decorrer surge formas que possibilitam a melhora da disposição corporal da criança e suas características. Posteriormente inclui-se a inserção do profissional de dança, analisado do ensino à avaliação a partir da sistemática (planejada) de aula.

O quarto e último capítulo, analiso os relatos coletados junto a revisão bibliográfica. Propondo conexões ao pensar em dança na escola, de educação infantil, a partir dos relatos dos sujeitos colaboradores desta pesquisa. Através do questionário respondido, baseado em suas experiências na educação infantil. Delimito temas aos colaboradores, para que estes compartilhem suas ideias nos seguintes temas: legislação, trabalho artístico, formação e atuação de professores/estagiários. Identificados aos subtítulos seguintes.

Os relatos partem das práticas em dança realizadas no Instituto de Educação General Flores da Cunha, junto a estagiários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acadêmicos do Curso de Licenciatura em Dança/ UFRGS. Posteriormente comparo os saberes necessários à prática educativa e a sua representatividade para o profissional em dança. O qual prioriza em seu processo de formação, introduzir à dança na escola.

Por fim, reflito sobre o processo desenvolvido para a realização desta pesquisa. Procurando interlaçar o olhar dos sujeitos educadores/colaboradores ao meu olhar de pesquisadora.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho, a metodologia se caracteriza por escolhas direcionais a pontos norteadores da presente pesquisa. Esta é traçada por alinhavos estruturais, pensados a partir dos procedimentos utilizados nas práticas pedagógicas realizadas durante o estágio em uma Escola de Educação Infantil e no decorrer deste estudo.

Aqui me refiro ao estágio de caráter obrigatório do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul /UFRGS. Em formato curricular, este estágio é identificado como Estágio de Docência em Dança Infantil II, esse torna-se continuidade ao estágio anterior que é visto como preparatório ao ensino das artes na Escola de Educação Infantil.

Ambos os estágios oferecem a possibilidade de intervenção no ambiente escolar. No entanto, o primeiro estágio caracteriza-se por preparar o acadêmico a entender teoricamente e com pequenas intervenções como funciona os procedimentos organizacionais na escola e de que forma é inserido o universo das artes para ambiente lúdico escolar da criança.

A continuidade do Estágio para Educação Infantil, tem como objetivo principal oportunizar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Dança, a efetiva experiência de planejamento e de docência da dança junto a crianças regularmente matriculadas em escolas de educação infantil. Ao olhar de De Freitas e Jaurretche (2013, p.02): “Tais estágios cujo objetivo se direciona a proporcionar ao acadêmico o contato com a realidade na qual atuará no âmbito de sua carreira docente”.

O presente trabalho parte de um projeto de pesquisa inspirado em práticas de ensino de dança na escola. A realização das práticas se deu em uma Escola de Educação Infantil, sendo está inserida no Instituto de Educação General Flores da Cunha, situado em Porto Alegre/RS.

A vivência com trabalho pedagógico em dança foi desenvolvida em uma turma de Educação Infantil, titulada como Turma da Sala Rosa. Durante o segundo semestre de 2014. Com alunos de faixa etária específica de 03 a 04 anos de idade. A execução das aulas e dos planejamentos foram organizados e administrados pelos estagiários a partir das intervenções e orientações da supervisora de estágio /UFRGS (Maria Luisa Oliveira-Malu)⁵.

A distribuição das turmas envolvidas e dos horários de atuação, se deu a partir do ordenamento⁶ dos acadêmicos⁷ (estagiários), disponibilizado pelo sistema da própria Universidade. Em prol da inserção de estagiários no Instituto de Educação General Flores da Cunha em especial na Escola de Educação Infantil, a professora/supervisora, atentou-se aos mínimos detalhes. Para que o estágio proporcionasse diferentes experiências: positivas, negativas e principalmente que provocasse reflexões aos acadêmicos e aos agentes educacionais⁸ envolvidos.

⁵ Professora Maria Luisa Oliveira: Doutoranda no programa de Ciências do Movimento Humano UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora Assistente nível III, atuando no curso de Licenciatura em Dança/UFRGS.

⁶ Ordenamento: São procedimentos relativos aos alunos de graduação/ UFRGS, que direciona a sua ordem para matrícula. Sendo essa disputada entre todos os alunos pertencentes a um mesmo Grupo de Matrícula. Os alunos são ordenados mediante a aplicação de 7 (sete) índices, que obedecendo a determinadas regras, concedem valores aos alunos. Estes índices têm por objetivo: agrupar os alunos dentro do mesmo interesse de matrícula; desempatar alunos com o mesmo desempenho. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/prograd/aluno/matrricula>, acessado em: 08 nov. 2015.

⁷ Acadêmico, refiro me aos estudantes universitários da UFRGS.

⁸Agentes Educacionais: Considero todos os estagiários e professores, instituição e apoio pedagógico, inseridos no processo de ensino para a educação infantil.

A professora, Maria Luisa Oliveira, brilhantemente organizou a realização de estágio pensado de forma estruturada e estratégica. Conseguiu além de supervisionar as aulas práticas, marcar encontros para fornecer feedbacks eficientes⁹ que pudessem nos guiar para a realização das práticas seguintes. Ela optou por separar a turma de estagiários em trios, para que houvesse troca de experiências através da prática de docência compartilhada¹⁰.

Em belas palavras à docência compartilhada é pertencente as escolas de educação infantil. Existente de várias formas a partir de diferentes relações e, que está também pode ser atribuída a toda pessoa presente dentro da instituição escolar. E em momentos de rotinas diárias da criança (ROSA, 2012).

Neste processo de docência compartilhada as aulas ministradas no estágio ganharam uma rotatividade de funções atribuídas ao ambiente escolar por intermédio dos direcionamentos metodológicos administrados pelos próprios acadêmicos. Fernandes (2015, p. 01), contribui ao dizer que: “A formação na universidade, especialmente [...] ministradas pela Prof.^a Malu, foi motivadora e possibilitou uma vivência plena do estágio em seu fundamental objetivo”.

Essa rotatividade caracterizou os papéis que tivemos que exercer, ou seja, éramos em três “professores/estagiários”. Mas, não seria conveniente que déssemos as aulas “juntos”, pois diminuiria a autonomia individual enquanto docente em dança. Dessa maneira, a prática dos estagiários foi organizada da seguinte forma: na primeira aula um acadêmico seria o professor, outro seria o auxiliar e o terceiro seria o avaliador.

E assim sucessivamente, para que tivéssemos diferentes visões de práticas pedagógicas. Conforme, Nörnberg e Cava (2015):

O aprendizado da docência se faz na interação com o outro, no espaço coletivo da escola. Por isso, não basta apenas discutir e reinventar práticas pedagógicas, mas, sobretudo, reinventar as interações profissionais, a organização do trabalho, o planejamento das situações de ensino e o modo de acompanhar as crianças em sua aprendizagem dos

⁹ Feedback Eficiente: Traz a utilização de técnicas eficientes, que focam em questões essenciais cujo o foco é a criação de uma abordagem pessoal na hora de dar o feedback. WILLIAMS (2005 p.29). WILLIAMS, Richard L. **Preciso saber se estou indo bem!: uma história sobre a importância de dar e receber feedback.** Local: Sextante, 2013.

¹⁰ Docência Compartilhada: é atribuído, nesta pesquisa, a práticas pedagógicas ministradas por dois ou mais alunos em formação acadêmica e/ou já formados.

conhecimentos científico-culturais, bem como em seus processos de socialização e compreensão da escola como espaço de diálogo intercultural (NÖRNBERG e CAVA, 2015 p. 03).

Logo, a narrativa desta vivencia me oportuniza a registrar percepções adquiridas e refletidas durante o estágio. A favorecer novas formas de se praticar tais métodos e de se estabelecer melhores possibilidades de ensino e apropriação de conhecimento para o ensino infantil. Para Moraes (2009):

As narrativas não trabalham com uma suposta Realidade ou com a Verdade, mas sim com o Imaginário, ao qual muitas vezes não temos acesso, dada a condição de subordinação em que nos encontramos frente à racionalidade (MORAES, 2009, p. 3906).

Com tudo, entre os colegas do Curso de Dança, matriculados no Estágio Obrigatório de Docência do ensino Infantil II, organizamos materiais (tais como: atividades, cenários, bonecos entre outras criações lúdicas para inserir no mundo da dança e da criança) que nos auxiliassem nas práticas pedagógicas.

Estes materiais, específicos, voltados para o ensino em dança nos anos iniciais da educação básica, fizeram parte de estratégias de ensino e aprendizagem. E para a elaboração de atividades que envolvessem a dança como tema potencializador relacionado ao ensino das artes e a melhora da disposição e de habilidades motoras da criança. Dessa forma na perspectiva dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- RCNEI (1998):

A diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da educação infantil reflete diferentes concepções quanto ao sentido e funções atribuídas ao movimento no cotidiano das creches, pré-escolas e instituições afins (BRASIL/MEC, 1998, p. 17).

A professora supervisora, ao mesmo tempo em que exigiu um formato organizacional para a atuação docente, nos deu autonomia para pensar, planejar e executar as aulas da forma que quiséssemos. Em momentos oportunos, nos encontros marcados, relatava as observações vistas na atuação dos acadêmicos, possibilitando momentos de reflexão, risadas, angústias e repensares da prática pedagógica individual e compartilhada. O que vai ao encontro dos pensamentos de

De Freitas e Jaurretche (2013), quando nos ensinam que:

Pensando a Escola enquanto uma organização social complexa de ação política, que deve ser refletida como espaço de respeito, de socialização, estético, de cooperação, de participação e aprendizagens diversas principalmente no âmbito cultural, pensando na formação dos sujeitos com suas próprias culturas possuidores de autonomias, criticidades, de direitos e deveres também. Não cedendo a inabilidades de expressão ou muito menos de transgressão as suas habilidades e identidades, mas deve ser uma escola que aborda as múltiplas linguagens e expressões vinculadas à cultura e à vida em sociedade, que respeite suas realidades e culturas, oportunizando ferramentas para se constituir como homens pensantes, críticos e sensíveis (DE FREITAS e JAURRETCHE, 2013, p. 04).

Após a realização do estágio foi solicitado, pela professora/ supervisora um relatório para que pudéssemos expressar pontos altos e baixos visto durante o estágio. Reflexão que fez com que eu me inspirasse a hoje estar repensando e pesquisando formas de legitimar a dança na educação infantil. Logo, Bittencourt (2015) afirma sua colocação anterior quando fala que: “As práticas pedagógicas, [...] inspiraram a refletir sobre a pesquisa em questão e principalmente sobre o processo de prática de ensino, realizadas no Instituto de Educação”.

Com este contexto, a metodologia escolhida para nortear esta pesquisa é a narrativa. Por potencializar a escrita dos sujeitos envolvidos, ela investiga a visão da escola e de seus agentes que participaram na vivência de estágio citada. E também, por direcionar e fundamentar reflexões a partir de práticas de ensino no ambiente Escolar da Educação Infantil. Segundo os autores, De Souza e Abrahão (2006):

A escrita da narrativa potencializa no sujeito o contato com a sua singularidade e o mergulho na interioridade do conhecimento de si, ao configurar-se com atividade formadora porque remete o sujeito para uma posição de aprendente e questiona suas identidades a partir de diferentes modalidades de registro que realiza sobre suas aprendizagens experienciais (DE SOUZA e ABRAHÃO, 2006, p. 135-136).

A preferência pela narrativa se concretizou no momento em que optei em dialogar de forma a direcionar uma singela provocação, aos leitores, que me permitisse uma abordagem autêntica, honesta e crítica sobre a presente pesquisa. Através de reflexões acerca de meu trabalho. A especificidade da escolha

metodológica tende a ser colaborativa a construção deste trabalho caracterizado como relato de experiência. Sobre isso, Duarte (2002) ressalta que:

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002, p. 140).

“A definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final”. Nesse sentido a elaboração estrutural, específica neste trabalho, identifica esta pesquisa como sendo de caráter qualitativo. Neste ponto, o autor supracitado anteriormente, lembra que:

Vale reafirmar que a confiabilidade e legitimidade de uma pesquisa empírica realizada nesse modelo dependem, fundamentalmente, da capacidade de o pesquisador articular teoria e empiria em torno de um objeto, questão ou problema de pesquisa. Isso demanda esforço, leitura e experiência e implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos como quem tece uma teia de diferentes matizes (DUARTE, 2002, p. 152).

A pesquisa metodológica não apresenta hipóteses, pois estas são estabelecidas a priori, ou seja, neste trabalho não me preocuparei em buscar dados ou evidências que corroborem ou neguem tais suposições (GODOY, 1995).

Escolhi a pesquisa qualitativa, por esta partir de questões e focos de interesse amplos, que vão se tornando mais direto e específico no transcórre da investigação. Pelo autor, Neves (1996), é visto que nos dias atuais, o método de pesquisa que tem se tornado promissor às possibilidades de investigação, é o qualitativo. Vejo que os riscos para esta pesquisa se limitam apenas a desistência e/ou negação de contribuição dos sujeitos colaboradores.

Com tudo, o momento reflexivo traz em si uma essência processual que faz com que surjam diferentes sensações, sendo uma das mais trabalhadas quando

falamos de construção de conhecimento: a sensibilidade. Neves (1996), colabora quando aborda em seus pensamentos o resignificar o pensar. Para o autor a pesquisa qualitativa quando enfatiza o signo e o significado, conhecimento e fenômeno seria o arcabouço de interpretação pelo pesquisador e que lhes vai servir para a visão de um mundo referencial. Ou seja, partimos de um signo para depois construirmos um significado que passara por constante ressignificação através do pensar o que poderá florescer mais rapidamente se assim tivermos tal sensibilidade.

A metodologia parte dessa reflexão de planejamento e estratégias para a efetiva execução do trabalho proposto. Com isso, acredito ser coerente a reflexão da palavra metodologia, pois essa salienta os métodos a serem utilizados para determinado/s fim/ns. Os autores, Prodanov e Freitas (2013), acreditam que:

[...] é oportuno ressaltar a importância da metodologia científica para os estudos acadêmicos na universidade. [...] a definição etimológica do termo: a palavra Metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = minho; “logos” = discurso, estudo (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 14),

O que transparece e identifica, a meta estabelecida e os caminhos corridos. Assim como caracteriza as escolhas tomadas, com objetivo de nortear e situar estruturalmente pontos desenvolvidos durante toda a trajetória percorrida.

A metodologia, delimita um formato de autenticidade, por isso há um olhar especial, quando pensado meios práticos para a realização de um determinado trabalho. Em trabalhos acadêmicos, esse processo torna-se essencial ao tempo que esclarece sobre as etapas de pesquisa. Logo, os estudiosos, Prodanov e Freitas (2013), identificam a metodologia acadêmica, como sendo:

[...] a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 14).

Esta pesquisa foi arquitetada a partir do entendimento referencial sobre o ensino das artes na escola. Parto da inclusão do ensino das artes para educação básica com ênfase para educação infantil. Enquanto arte insiro as quatro linguagens que atualmente enquadram-se ao caráter de ensino legal, visto pela legislação vigente, sendo essas: artes visuais, dança, música e teatro.

Das diferentes áreas de ensino no campo das artes a que servirá como base reflexiva e referencial para toda esta pesquisa, será o ensino de dança na escola. Por ser esta a arte que escolhi para compor a minha formação profissional em sua especificidade¹¹. Logo, com intuito de discutir a legitimidade da dança na Escola de Educação Infantil, procuro relacionar conteúdos que acredito ter sido pontos relevantes na realização do estágio no ensino infantil. Nas palavras de Duarte (2002, p. 140): “De modo geral, durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo”.

No caminho escolhido a refletir sobre o ensino das artes elaboro formas de se pensar da teoria à prática de ensino em dança. Com essa escolha, delimito diferentes abordagens dadas para os alunos na educação infantil, pois optei por ressaltar e refletir de que forma está sendo inseridas as artes na escola de educação infantil, problematizando as vias de acesso para prática efetiva. Em sua observação, Neves (1996, p.01), ressalta que: “O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um recorte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador”.

A temática proposta, neste estágio, parte do reconhecimento corporal voltado à prática de associação rítmica. Enquanto práticas pedagógicas compartilhadas, nosso objetivo foi inserir conteúdos de: ritmo, deslocamento, níveis, equilíbrio e expressividade, em prol de auxiliar no desenvolvimento junto à disposição corporal da criança. Assim, promovendo um olhar (profissional em formação/aprendiz) voltado a abordagem de práticas específicas em dança, com intuito de influenciar de forma positiva a melhora de habilidades corporais¹², psíquicas e sociais da criança.

A vivência através de práticas direcionadas ao ensino infantil, transformou esta aprendizagem no campo educacional, em um eixo de pesquisa em processo contributivo tanto para as crianças, quanto para a instituição envolvida e estagiários atuantes com habilitação específica. Este TCC está sendo construído através do que me inspirou em sala de aula, que foram além das práticas compartilhadas o próprio ensino da dança e dos seus benefícios e contribuições para as crianças.

¹¹ Especificidade: atribuo ao que é particularidade e/ou qualidade daquilo que é específico.

¹² Habilidade Corporal: Entende-se nesta pesquisa como sendo uma aptidão desenvolvida ou cultivada que significa certa facilidade em realizar determinadas atividades, em prol da melhor disposição corporal. Possibilitando melhoras na coordenação e mobilidade articular.

Vejo a dança como uma das artes a colaborar e a potencializar a contextualização do ensino das artes na escola, a partir do campo prático de ensino, voltado não apenas a atividades corporais. Mas, também, em contribuir com a qualificação de profissionais acadêmicos com habilitação específica em dança.

O processo metodológico segundo os autores, Prodanov e Freitas, (2013 p.24): "É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa". Que neste trabalho se estruturará da seguinte forma:

Parte da temática de pesquisa modulada a metodologia escolhida. A discussão da dança na escola, neste trabalho, parte de uma vivência de estágio. Com isso, optei por incluir a revisão de literatura, como base principal, por esta fundamentar as percepções com mais consistência e autenticidade. Busquei por referenciais que dialogam com o ensino das artes/dança na escola e para a criança.

A revisão ganha consistência quando a pesquisa é cautelosa, e busca fontes seguras, de materiais já publicados, para maior autenticidade de informações. Logo, De Lima (2009, p.58)¹³, nos lembra de que: " O bom escritor é aquele que seleciona seu material de criação". Sendo assim, os materiais a ser usados para a busca de informações, serão: livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e revistas. Esse trabalho desenvolve-se através dos referenciais bibliográficos, sendo esses selecionados por fontes seguras¹⁴, onde proponho:

Inicialmente, expor as bases legais vigentes que inserem a dança como arte na educação básica com ênfase para educação infantil. Entre deveres e direitos, encaminho reflexões que dialoguem com a arte na/para educação. A partir da percepção desse eixo jurídico e legal, perante a regulamentação e deveres da instituição de ensino. Trago neste capítulo, referenciais que enfatizam o ensino das artes para a educação infantil. Por entender que o ensino das artes na escola tem sido cada vez mais problematizado e isso tem acarretado mudanças importantes nas vias legais. A universidade tem tido um papel relevante em disseminar as políticas públicas das artes na escola e suas transformações.

¹³ DE LIMA (2009), possui Mestrado em Literatura, conhecido como contista cearense, por destacar-se na literatura cearense, através de suas publicações vista na modalidade de contos. Atualmente, leciona a disciplina de Linguagem Jurídica e Produção Textual na Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

¹⁴ Selecionado por Fontes Seguras: Refiro-me aos sites acadêmicos, disponíveis para todos os interessados em escrever de forma a referenciar através de publicações já conhecidas e respeitadas no meio universitário.

Em continuidade a revisão introduzo o pensar o ensino das artes na escola a partir de sua terminologia. O trabalho segue abordando a questão da arte/dança como campo de conhecimento. A fim de problematizar a pesquisa em análise, sequencialmente, conduzo o leitor não só a esta significação para a educação infantil. Mas, também, para professores e gestores que atualmente são os articuladores que se propuseram a ensinar a arte como educação. Assim, acredito ser interessante abordar o significado da arte para a criança. A partir da terminologia da arte, discute-se seus significados no ambiente escolar especialmente na educação infantil. Inclui-se neste entendimento de arte, a importância do desenvolvimento de atividades criadoras e lúdicas atribuídas a arte específica da Dança.

Ressalto em subcapítulos a importância de se estimular atividades criadoras para a criança, pensadas a partir de ambientes lúdicos. Vejo que há um espaço para falar também sobre o feedback positivo/corretivo para potencializar e estimular as diferentes formas de aprendizagem. Possibilitando a ampliação do ensino e a representatividade das artes vistos pela própria criança que vive o mundo mágico de apresentações e representações coreográficas.

Incluo, no momento seguinte, a dança na escola e para a melhora da disposição corporal da criança. Insiro subcapítulos que abordam o desenvolvimento de habilidades corporais para criança na educação infantil. Questionando através dos referenciais a importância de se ter ou não a dança na escola, em especial para a educação infantil. Levo este pensar para a formação do profissional com habilitação em dança e a partir deste contexto, percorro da teoria à prática e do ensino à avaliação. Junto a sua sistemática pedagógica para inserção da dança como ensino das artes na escola.

Posteriormente, após a revisão de literatura, optei por fazer uma análise de relatos sobre o trabalho em dança desenvolvido pelos estagiários/UFRGS. Por acreditar que a temática proposta tende a potencializar a discussão da inclusão do profissional em dança na escola. Tornei indispensável a coleta de dados, por crer que a dança é uma arte que pode ajudar/auxiliar na disposição corporal da criança. E que está deveria estar sendo vista como eixo obrigatório de ensino, pensada e executada por profissionais com conhecimento específico em dança. E também, por identificar que essa coleta poderia enriquecer esta pesquisa, busquei colaborações

que compartilharam, observaram e analisaram o campo prático de ensino, a partir dos trabalhos dos estagiários do curso de dança, na Escola de Educação Infantil.

Aos que contribuíram com esta pesquisa, título como sujeitos/agentes colaboradores, por entender que estes atuam de alguma maneira no campo educacional de ensino. Os sujeitos colaboradores serão convidados a participar da pesquisa, através de um termo de consentimento informado, a ser entregue em mãos. Neste eu peço a contribuição para este TCC, onde solicito que estes respondam um questionário. Explicando-lhes que este tem o intuito de investigar a visão da escola a partir de seus agentes e que em diálogo com o objetivo do TCC. Que consiste em narrar e problematizar uma experiência de estágio de dança na educação infantil realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no segundo semestre de 2014. No termo de consentimento, comprometo-me a respeitar os valores éticos, nunca expondo os sujeitos a qualquer tipo de desrespeito ou exposição. Deixo como opção individual, a ser adotada pelos participantes a manter ou não a identidade preservada. Sendo informado a estes que a desistência como participante da pesquisa é permitida no decorrer da pesquisa, sem acarretar qualquer prejuízo.

Esta pesquisa conta primeiramente com a participação do Instituto de Educação General Flores da Cunha. Instituição, considerada uma das mais antigas escolas de Porto Alegre/RS. A Instituição inclui-se aos agentes colaboradores, por fazer parte da experiência adquirida no estágio proposto pela universidade. Esta torna-se colaboradora às práticas docentes, por aceitar estagiário/s em formação superior, vindos do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS. O nome da instituição vem em destaque no título deste trabalho, por ter sido autorizado (através de um termo de consentimento informado-assinado) pela equipe gestora vigente neste ano de 2015.

Na Escola de Educação Infantil, conto com a participação especial da professora: Tânia Iolanda Dias Barbosa¹⁵. Esta atua na escola de educação infantil, do Instituto de Educação General Flores da Cunha, na função de vice-diretora desde 2006, totalizando oito anos de experiência na área da educação infantil.

¹⁵ Tânia Iolanda Dias Barbosa é formada em Pedagogia, e pós-graduada em anos iniciais e educação infantil. É concursada para atuar na rede estadual de ensino. Atua como vice-diretora na Escola de Educação Infantil do Instituto de Educação General Flores da Cunha há quanto anos, contados a partir de 2006.

Contribuindo para a educação de crianças inseridas na Escola de Educação Infantil, do Instituto. A escola recebe crianças a partir de três anos de idade, através de sorteio para ingresso escolar. A professora, autorizou a utilização de sua identidade como participante da pesquisa (através de um termo de consentimento informado-assinado).

A professora, Tânia Iolanda Dias Barbosa, atua na Escola de Educação Infantil, é responsabilizada a gerenciar a escola de educação infantil. Assim torna-se integrante da equipe gestora, pois há uma diretora para todo instituto e vices-diretores que administram as etapas da educação básica. Escolhi incluir a professora nesta pesquisa, por esta ter acompanhado já há alguns semestres a atuação de estagiários do curso de dança na escola de educação infantil do Instituto. E por acreditar que está tenha observado a atuação dos estagiários, em especial, do curso de dança e do ensino das artes por eles inserido e pensado para o ambiente educacional das crianças, do Instituto.

Os alunos da Turma da Sala Rosa, fazem parte de modo reflexivo em todos os processos aqui desenvolvidos, pois estes são a inspiração de toda está escrita. Que me leva a pesquisar, refletir e potencializar o ensino das artes na escola. Estes tinham sua faixa etária média de 03 a 04 anos de idade. Ao todo nessa turma havia 14 alunos matriculados.

Foi através do contato com essas crianças que percebi que trago na minha formação além da arte, meios a auxiliar na melhora do desenvolvimento corporal em prol de beneficiar a criança nos seus primeiros anos de vida. Mobilidade pensada e trabalhada através de suas especificidades que instigam me a continuar ensinado dança e a me legitimar como profissional da área.

Junto aos agentes colaboradores citados, interesse me em saber como foi essa experiência de dança para o ensino infantil. Através da docência compartilhada, pelas minhas colegas (estagiárias) que dividiram suas angústias e expectativas durante nossas práticas, desde o planejamento até a emissão de pareceres. Nossa ligação foi continua, deste modo torna-se colaboradoras desta pesquisa: Ananda Denardi Fernandes¹⁶, Caroline Rodrigues Bomfim¹⁷ e eu (Suelen

¹⁶ Ananda Denardi Fernandes: É licenciada em Dança pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Está se especializando em Psicologia Infantil/UFRGS e atua como professora e coreografa na área da dança. Trabalha atualmente como educadora social, no Projeto Cidade Escola, na Escola João Goulart, em Porto Alegre/ RS.

Martins Bittencourt)¹⁸, a qual passa do olhar de pesquisadora a agente colaboradora da pesquisa. Por acreditar que o meu relato também traz em si a sua importância, desde o momento em que compartilho do estágio vivenciado, trago neste a minha experiência! Destaco que o uso dos nomes verdadeiros como participantes da pesquisa, foram devidamente autorizados (através de um termo de consentimento informado-assinado), pelas estagiárias citadas.

Com isso, informo que tornaram-se nesta pesquisa, sujeitos colaboradores: a vice diretora, ainda atuante na Escola de Educação Infantil, do Instituto de educação General Flores da Cunha. E as estagiárias que participaram do estágio no segundo semestre de 2014, na mesma turma, através da docência compartilhada em práticas pedagógicas previamente planejadas. A fim de propiciar uma problematização do ensino das artes na escola, a partir das aulas de dança ministradas por acadêmicos em formação profissional, com habilitação específica em dança. Os sujeitos colaboradores, após assinarem o termo de consentimento e participação desta pesquisa, passaram a fazer parte do processo de coleta de dados.

A elaboração do questionário, visto como instrumento de pesquisa, começou em um prévio planejamento estrutural, elaborado e pensado a partir da vivência e das inquietações refletidas ao ensino das artes na escola de educação infantil. Neste eu situo os colaboradores, pedindo para que a partir da experiência dos estágios de dança no Instituto de Educação, nas turmas de educação infantil, compartilhem suas ideias sobre dança/arte. Desenvolvendo de forma contextualizada, sem maiores restrições, os seguintes temas: legislação, trabalho artístico das crianças, formação e atuação de professores/estagiários.

Para Prodanov e Freitas (2013, p.108): “ [...] O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente”. A coleta de dados, para este trabalho, conta com três partes:

¹⁷ Caroline Rodrigues Bomfim: Acadêmica do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora particular de dança de salão com ênfase para o estilo de samba de gafieira, atuante como bailarina e coreógrafa nessa área.

¹⁸ Suelen Martins Bittencourt: Acadêmica do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS. Estudante do Curso de Massoterapia do Sistema de Ensino Gaúcho-SEG. Atuante como professora particular, bailarina e coreógrafa de danças folclóricas e populares do RS. Bolsista do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica do Departamento de Estudos Especializados, da Faculdade de Educação da UFRGS.

A primeira é caracterizada com o termo de consentimento, onde será realizado pessoalmente: o convite, a ciência e a autorização pelos participantes da pesquisa. A segunda parte optei pelo envio virtual do questionário, para que os mesmos possam ter mais facilidade para desenvolver sua escrita. O tempo previsto para entrega dos questionários será de 10 dias após o envio dos mesmos. E a terceira é a efetiva coleta de dados, onde os participantes reencaminharam via e-mail, o relato de suas experiências com estágios em dança para alunos da educação infantil. Após a coleta de dados, formalizo a análise deste trabalho, a partir do relato de cada um dos colaboradores, envolvidos nessa pesquisa. Com o foco voltado a legitimar ou não importância da dança a na educação infantil. Todavia, os autores, Prodanov Freitas (2013), ressaltam que:

A pesquisa procura respostas! Podemos encontrá-las ou não. As chances de sucesso certamente aumentam à medida que enfocarmos a pesquisa como um processo e não como uma simples coleta de dados (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 44).

Desenvolvo o último capítulo através de uma análise, originada da coleta de dados a partir dos relatos obtidos. Nesta eu percorro pontos relevantes mencionados pelos agentes colaboradores. Buscando destacar algo dito por eles que potencialize não somente a minha escrita. Mas, que também contribua e enriqueça esta pesquisa. Os temas propostos para que os colaboradores contextualizem parte da estrutura elaborada aos pensares da revisão de literatura, com intuito de refletir, dialogar e problematizar o ensino de dança/artes para a educação infantil. Parto das questões norteadoras de pesquisa descritas e identificadas como objetivos específicos, propondo conectar os relatos a pesquisa proposta, sendo que:

O primeiro tema, legislação, procurarei analisar se os agentes envolvidos conseguem inserir seu ponto de vista particular e se colocam em discussão o atual ensino da dança/artes na escola de educação infantil.

O segundo tema, o trabalho artístico das crianças, observarei o ângulo de análise vista pelos colaboradores sob à importância, o processo/desenvolvimento e a representatividade. O significado do trabalho artístico em dança na escola e na instituição e o ensino das artes em sua representação para a criança.

O terceiro tema, formação e atuação dos professores/estagiários, problematizo, analiso e questiono a formação/atuação em dança. O trabalho artístico e corporal, tanto por parte dos alunos da educação infantil quanto dos profissionais que atuam neste ambiente. Assim como também ressalto os benefícios da dança, enquanto: estar inserida na escola, disposição corporal da criança e trabalho artístico pedagógico realizados por atuantes com conhecimento específico em dança. Procurarei evidenciar se há pontos que caracterizem o profissional com habilitação específica, a fim de legitimar o trabalho deste ao reconhecimento de área a ser inserida da escola de educação infantil. Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que:

[...] a última perspectiva refere-se à análise de dados, cujo objetivo é identificar os procedimentos adotados pelo autor (aluno) para obter informações dos dados coletados. Os critérios adotados referem-se à clareza na análise dos dados, ao encadeamento lógico de evidências, à utilização de teste empírico, à construção da explicação e à comparação com literaturas conflitantes e similares (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.129-130).

Ao final desta pesquisa, concluo este trabalho, identificando o amadurecimento docente direcionado aos saberes necessários para a prática no ensino, de dança, na escola de educação infantil. Incluindo aos anexos, fotos e termos que registram a coleta de dados, desenvolvida neste processo de ensino, pesquisa e aprendizagem.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Conforme Prodanov e Freitas (2013, p.54): “todas as pesquisas necessitam de um referencial teórico”. Com a metodologia já estruturada, percebe-se a necessidade de referenciar pontos interessantes a dialogar com o a temática proposta.

3.1.LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: EDUCAÇÃO INFANTIL, ARTE E DANÇA

Introduzo este primeiro capítulo, sobre revisão de literatura, propondo um diálogo com a legislação, vigente. Ao que se refere ao ensino das artes na escola, conduzo a reflexão a partir dos que nos diz a obrigatoriedade do ensino das artes durante o período da educação básica, assegurada pela legislação. Procuro dar

ênfase para a educação infantil, onde encaminho considerações acerca de analisar as leis existentes, para o ensino das artes junto à realidade inserida no espaço escolar.

Considero referências norteadoras para dialogar com esta pesquisa: o Ministério da Educação (MEC); Ministério da Cultura (MinC); a Secretária de Educação Básica (SEB); a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96); as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; o Plano Nacional de Educação (PNE); a Constituição da República Federativa do Brasil; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI); os Parâmetros Curriculares Nacionais “das Artes” (PCNs).

Estes referenciais são de grande importância para compreensão das artes como forma de mantimento a obrigatoriedade e de permanência, no ambiente de ensino e aprendizagem escolar. Assim como na inclusão curricular no planejamento de ensino da escola. Vistos pela por meios legais como parâmetros educacionais para Educação Básica.

Segundo informações obtidas no Portal do Ministério da Educação, transcorro o cenário educacional até os dias atuais. Atenta as informações atuais, referencio o Portal do Ministério da Educação, ao decorrer de sua legitimação institucional, onde resalto pontos relevantes a esta pesquisa.

Em nosso país (Brasil), contamos com inúmeros ministérios voltados a áreas específicas do conhecimento. Estes são liderados por ministros escolhidos a cada novo mandato, atualmente de quanto em quatro anos, pelo Presidente/a da República. Em uma visão geral, pode se dizer que os ministérios elaboram, acompanham, reformulam, implementam e avaliam: normas, programas federais, políticas públicas a setores representativos. Estes ainda são encarregados de criar, articular e estabelecer estratégias junto a diretrizes e prioridades quando aplicáveis aos recursos públicos do país. Dentre os ministérios, destaco dois: O Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.

O Ministério da Educação foi criado em 1930, sendo atribuído a este o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública (assim titulado até o ano de 1953). Nessa época, segundo informação do portal do MEC, este Ministério tinha uma grande demanda, pois a instituição desenvolvia atividades pertinentes a outros ministérios. Em 1932, já começa as manifestações ao desejo de se elaborar um

programa de política educacional amplo e integrado à uma Educação Nova. Neste manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e que definisse a bandeira de uma escola única, pública, obrigatória e gratuita. No ano de 1934, com a nova Constituição Federal, que a educação passa a ser vista como direito de todos. Devendo esta ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Ao decorrer deste ano ao de 1945, o Brasil já implementava as bases da educação nacional.

Em 1953, com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Até o ano de 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado. E o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Essa centralização no MEC, passou a diminuir somente em 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), onde os órgãos ganharam mais autonomia. Torna-se interessante ressaltar que para que houvesse essa aprovação, levaram-se treze anos de discussão/debates.

Para o Ministério da Educação, em 1962, houve outro fato marcante na história do MEC. Sendo então criado o salário-educação, contribuição que continua, nos dias atuais, sendo fonte de recursos para a educação básica brasileira. Ao decorrer dos anos, já em 1968, ocorre a reforma universitária reconhecida como a grande LDB do ensino superior.

A reforma representou um avanço na educação brasileira. Assegurando autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades. Intui-se nessa época, um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas. O Brasil, em 1971, passa por uma nova reformulação na Lei de Diretrizes (LDB), entre os ajustes o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos 14 anos.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, vai informar que cabe aos Municípios propor programas para Educação Infantil. Logo, observa-se que é dever do Estado com a Educação. E que será efetivado mediante a garantia, onde destaco, do Art. 208 (já atualizado, s/p): “[...] V - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”, que antes era de zero aos seis anos. Essa famosa Constituição permeia os andares da educação em âmbito educacional, de direitos sociais e individuais. Esta visa instituir um Estado Democrático, destinado a:

[...]assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA, 1988, s/p.).

Outro marco importante, para esta pesquisa, é a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985. E a partir de então, o Ministério da Educação passa por uma mais uma transformação. Em 1992, foi titulado como Ministério da Educação e do Desporto e, que somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área de educação.

No ano de 1996, ocorre o nova reforma e mais recente ajuste na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no Brasil. Trazendo para o contexto educacional, mudanças às leis anteriores, onde enfatizo a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola); a formação adequada dos profissionais da educação básica. Conforme a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais e LDB/96 (s/p):

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (artigos 8º, 9º, 10 e 11).

De 1996 a 2006, vigorou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para atender somente o ensino fundamental. No entanto, em 2006 rompe-se essa individualidade de recursos, sendo (o Fundef) posteriormente substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Essa mudança ganha outra visão, pois a partir do Fundeb, toda a educação básica, da creche ao ensino médio, passa a ser beneficiada com recursos federais. Para o Ministério da Educação, essa mudança é considerada compromisso da União com a educação básica, que se estenderá até 2020.

Por fim, ao percurso histórico entende-se que a mais de 80 anos o Ministério da educação busca promover o ensino de qualidade. Para isso em 2007, o MEC

lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), este vem a reforçar uma visão sistemática da educação. Neste, entende-se que investir na educação básica significa inverter da educação profissional e na educação superior, pois a ideia desta construção, segundo Ministério da Educação, só será possível com a participação conjunta da sociedade e prol de tornarmos a educação um compromisso à conquista de todos (MEC, 2015).

Incluo ainda, neste percurso de mudança na esfera educacional, aos agentes que atuam por de trás da Educação básica. A Secretária de Educação Básica (SEB), conforme Ministério da Educação, tem o papel de zelar pela educação básica desde a educação infantil ao ensino médio.

Para SEB, a educação básica:

[...] tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola (SEB/MEC, 2015, s/p.).

A SEB, de forma clara, acredita que a educação básica: “ [...]é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum. Segundo dados atuais os documentos que estão norteando a educação básica são: a Lei nº 9.394/96 (LDB- Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares para Educação Básica, o Plano Nacionais de Educação (PNE) aprovado em 2014. A Constituição da República Federativa do Brasil e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alguns referenciais citados anteriormente se confirma a importância de ser incluir a pesquisa quando abordado o termo legislação.

Prossigo considerando pontos a colaborar com esta pesquisa. Originadas da Lei em vigor de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96). Ressalto normativas que devemos incluir ao atual contexto educacional, também citado no parecer, mas retirado da própria LDB/96 (s/p.), os seguintes esclarecimentos:

Sob o ponto de vista da educação:

Art.1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

A LDB/96, inicialmente, nos faz compreender que há diversos desenvolvimentos (pessoais) através da educação e, que ainda, ressalta que os métodos (educacionais) optados visam disciplinar a educação escolar. Penso que para meios organizacionais, alguém precisa organizar a ideia central para que após outros possam se inserir com intuito de melhorar e sugerir algo a acrescentar a partir do campo prático de ensino.

Logo, a LDB/96 faz com que percebamos que os agentes educacionais precisam saber além do seu conhecimento específico para que ocorra sua efetiva atuação no âmbito educacional de ensino. O que quero dizer, é que não são somente as escolas e instituições de ensino que devem se preocupar com o que diz a legislação vigente. Creio que o papel a valer no campo prático, para meios educacionais, se dá diretamente pela atualização e compreensão de professores atuantes. Que de forma direta podem dialogar com suas equipes gestoras sobre o que diz a legislação. E principalmente sobre o que não diz ou do que não deixa claro sob perspectiva legal.

De forma geral, às áreas de conhecimento específico, no Art. 3º. (referente à base de ensino a ser ministrada, segundo LDB/96, a seguir determinados princípios. Dentre esses destaco:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; VII - valorização do profissional da educação escolar; IX - garantia de padrão de qualidade (LDB/96, s/p).

Do ponto de vista de pesquisadora percebo que em todas as etapas da educação básica, deverá existir de forma explícita todos estes princípios, juntos aos demais que não foram citados, mas que estão discriminados da LDB/96. Acredito que tudo parte de um pluralismo de ideias e a partir da experiência, também, de

concepções pedagógicas, amplia o campo de visão e atuação. Vejo que a busca continua de novas formas que possibilitem a reciclagem de conhecimento, potencializam o padrão de qualidade do ensino, o que torna-se reflexo positivo a prever a garantia dessa qualidade.

Penso que a valorização do profissional em seu efetivo reconhecimento parte não só da sua habilitação, mas de um ensino de qualidade observado pelos agentes educacionais, pais e gestores de instituições que se preocupam em propor ao universo educacional novas formas de educação. Estes, ao ampliar a rotina do aluno/filho (a) possibilitam a visibilidade/potencialidade do campo prático de ensino. É preciso, ao meu ver, propor cada vez mais a liberdade de aprender, pesquisar, pensar. O ensino pode teoricamente partir do professor que procura divulgar a cultura e a arte através do pensar diferentes saberes.

No entanto, o processo de aprendizagem transforma e transfere papéis educacionais, através da troca de experiência. Visto, por mim, como efeito significativo ao eterno processo de aprendizagem. Pois aprendemos através das nossas experiências, essa mesma colocação inclui-se quando queremos fazer com que a nossa aula seja significativa. Ou seja, tudo parte da nossa criatividade, entanto professor/aluno e propor diariamente novos experimentos. Se não experimentamos, logo não iremos gostar daquilo que não conhecemos. A rejeição parte da negação a algo que tememos. Se expor a experimentos educacionais, para mim, faz parte da vida do professor que se preocupa com a qualidade de ensino a qual propõe.

Segundo LDB/96, do Direito à Educação e do Dever de Educar, resalto alguns tópicos legais que partem do Art. 4º. Que refere-se ao dever do Estado com a educação escolar pública, efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...]; IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao

desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem (LDB/96, s/p).

No Art. 7º, da LDB/96, ressalta-se que nas instituições de iniciativa privada, o ensino é livre, desde que cumpram as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino, sendo que precisam de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Nesse ponto, vejo que há uma maior liberdade para as instituições privadas, o que talvez possibilite um melhor ensino. Devido as melhores condições e principalmente pelo quadro de professores contratados de forma direta para que a escola possa trabalhar com o quadro completo em suas competências educacionais.

A LDB/96 ainda nos traz no 2º. Inciso (Art. 8º): “ Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos da Lei”. Dessa forma interpreto, segundo afirmativa trazida pelo MEC, que as instituições de ensino a partir da aprovação da Lei de Diretrizes, ganham autonomia. A organização do ensino não é gessada, o que me faz pensar que muito da qualidade de ensino parte do contexto organizacional da escola e de suas possibilidades enquanto gestão e coordenação pedagógica.

No caso do ajuste a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96, destaco a mudança que inclui a educação infantil, como integrante à educação básica brasileira, onde a obrigatoriedade ao ensino, na educação básica, começa a ganhar espaço a partir da LDB, o que contribui de forma significativa, ao contexto de educação na contemporaneidade.

Na LDB/96 inclui-se assim como citado anteriormente: “ [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”(s/p). Com isso, a educação nos primeiros anos de vida está sendo reconhecida como uma necessidade da população brasileira. Ao âmbito educacional de ensino dos anos iniciais é visto como mais uma demanda, ou melhor uma feliz demanda a meios de progresso educacional. Neste contexto, acredito ser relevante a citação seguinte:

A ampliação das matrículas, a regularização do funcionamento das instituições, a diminuição no número de docentes não-habilitados na Educação Infantil e o aumento da pressão pelo atendimento colocam novas demandas para a política de Educação Infantil, pautando questões que dizem respeito às

propostas pedagógicas, aos saberes e fazeres dos professores, às práticas e projetos cotidianos desenvolvidos junto às crianças, ou seja, às questões de orientação curricular. Também a tramitação no Congresso Nacional da proposta de Emenda Constitucional que, dentre outros pontos, amplia a obrigatoriedade na Educação Básica, reforça a exigência de novos marcos normativos na Educação Infantil (BRASIL/ MEC, 2013, p.82).

Que para o MEC, fica nítido que a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, abaixo destaco-as sob entendimento do próprio documento:

[...] surgiu da constatação de que as várias modificações – como o Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade – deixaram as anteriores defasadas. Estas mudanças ampliaram consideravelmente os direitos à educação das nossas crianças e adolescentes e também de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar quando estavam nessa fase da vida (BRASIL/MEC, 2013, p.04).

Logo, percebe-se também que a decorrência de modificações se dá a necessidade: “posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo” (BRASIL /MEC 2013, p. 07). É previsto na LDB/96, no Art. 5º (s/p). o qual refere-se ao acesso ao ensino “fundamental” (educação básica), podendo qualquer cidadão acionar o Poder Público para exigí-lo, desta forma destaco os incisos:

§ 2º. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 4º. Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º. Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Ambos vão evidenciar a garantia e assegurar o acesso ao ensino público gratuito, em sua obrigatoriedade. Especificando-se que tal negligência por meios institucionais ao cumprimento desta obrigatoriedade, acarretaria em crime de responsabilidade. O que acredito ser importante, pois talvez a fiscalização não se depare com estas situações se a população assim não fizer jus de seus direitos, perante o governo.

Conforme MEC, às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, direciona-se a sistematização de princípios e diretrizes gerais para Educação Básica, assegurados por dispositivos legais. Assim como, estimular a reflexão crítica que subsidie a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica. E, ainda o papel de orientar cursos de formação inicial e continuada da Educação Básica (Brasil /Ministério da Educação 2013). Com isso, de acordo com MEC:

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico (BRASIL/MEC, 2013, p.09).

Visto ao Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o papel de:

[...] articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL/MEC, 2013, p.97).

Ao Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 pela Lei nº 13.005, de 25 de junho: “determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O MEC (2013) faz referência ao PNE, em relação:

Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu metas decenais para que no final do período de sua vigência, 2011, a oferta da Educação Infantil alcance a 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos, metas que ainda persistem como um grande desafio a ser enfrentado pelo país (BRASIL/MEC, 2013, p.81).

Desta maneira, evidencia-se a necessidade da revisão de Diretrizes para a educação infantil, sem sombra de dúvidas o MEC reconhece que:

Frente a todas essas transformações, a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças (BRASIL/MEC, 2013, p.81-82).

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), dispõe da Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990. Trazendo para esta pesquisa considerações importantes. Nos Art. (s) 1º, 2º e 3º. Referem-se a proteção integral da criança e ao adolescente, a idade considerada que vai para criança até doze anos de idade incompletos. Assim no artigo seguinte é previsto que a criança goze de todos os sus direito fundamentais inerentes a pessoas humana.

Nos Art. (s) 15º, 16º e 17º do ECA, entende-se que: “ A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento [...], humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. O que entendo que do ponto de vista educacional, deve ser compreendido o direito a essa liberdade. Nos artigos seguintes a uma especificidade quanto o direito ao respeito que: “ na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços [...]. E no último artigo citado, há uma alerta, pois o dever não é apenas do Estado e sim de todos: “ [...] a velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Ocorre uma alteração no ECA, onde a “Lei Nº 13.010 de 26 de Junho de 2014 altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (ECA, 1990, s/p.).

Penso que os maus tratos existem até mesmo no espaço escolar. O qual estamos constantemente submetidos a visualizar diretamente situações que agridam os desrespeitem de alguma forma criança e adolescentes. Saber ensinar é saber educar e não ignorar o espaço de atuação proposta a mediação do professor.

Na Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, proposta pelo MEC. Destaca o ensino e acesso à educação infantil de forma a contextualizar o campo atual da Educação Infantil. De acordo com o relatório revisado pelo, MEC (2013, p. 81): “A construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, [...]”. Segundo as bases curriculares:

Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, um novo paradigma do atendimento à infância – iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) – tornou-se referência para os movimentos sociais de “luta por creche” e orientou a transição do entendimento da creche e pré-escola como um favor aos socialmente menos favorecidos para a compreensão desses espaços como um direito de todas as crianças à educação, independentemente de seu grupo social (BRASIL/MEC, 2013, p.81).

Logo, o atendimento em espaços escolares (creches e pré-escolas) se concretiza com a Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. Onde ressalto a importância desse processo que teve ampla participação entre estes, das lutas dos próprios profissionais da educação (BRASIL / MEC, 2013).

Na perspectiva de compreender melhor a atuação das instituições, encontro alguns esclarecimentos, MEC (2013), nos esclarece que:

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada (BRASIL/MEC, 2013, p.85).

Com isso, na Diretrizes para Educação Infantil, ainda há previsto que:

[...] os objetivos fundamentais da República serão efetivados no âmbito da Educação Infantil se as creches e pré-escolas cumprirem plenamente sua função sociopolítica e pedagógica. Cumprir tal função significa, em primeiro lugar, que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias (BRASIL/MEC, 2013, p.85).

No contexto voltado ao currículo para educação infantil, trago para esta pesquisa a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009: que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A ser colaborativa com processo educacional para educação infantil, por esta instituir as Diretrizes (específicas) e, que devem ser observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil (Art.1º.). No Art. 3º. é direcionado a compreensão do leitor o que seria a título de informação, o currículo pensado para educação infantil.

Art. 3º [...] é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (RESOLUÇÃO Nº05, 2009, s/p).

Que para esta Resolução (2009), segundo o MEC, entende-se por Educação Infantil (no Art. 5º) como sendo:

Art. 5º [...] primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e

supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (RESOLUÇÃO Nº05, 2009, s/p)..

No caso da Escola de Educação Infantil, do Instituto General Flores da Cunha, a qual faz parte desta pesquisa, posso a partir do contexto apresentado, relacionado a LDB/96 (Art. 10º e 11º), interpretar que o Estado atuará mais nos meios organizacionais para que ocorra o sistema de ensino. No entanto, os Municípios estão mais voltados a manter o desenvolvimento do sistema, pois de forma direta deverão integrar as instituições juntos às políticas e planos educacionais. Onde esse deverão oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas. Todavia, como as Diretrizes para Educação Infantil, fica compreendido (Art. 5º. p.97). A partir dos incisos a seguir que:

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Sem requisito de seleção, me deixou em dúvida, como mencionado na metodologia desta pesquisa. A seleção dos alunos é feita através de sorteio, o que me faz pensar que este seria um método de seleção. Não? Inclui o dever do Estado a garantir a oferta para Educação Infantil, para melhor situar o local de realização de estágio, pois este é de âmbito estadual e não municipal. A seguir ainda no Art. 5º, na mesma Resolução (2009, s/p), traz o, nos incisos (2º, 3º e 5º).

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

Os incisos citados, falam sobre a obrigatoriedade da matrícula. No entanto, na LDB/96 enfatiza (Art. 6º) que: "É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental". Dessa forma como fica e de quem é a o dever de efetivar a matrícula na educação infantil. Perante LDB/96, prevê o desacato a obrigatoriedade pelas instituições, mas não deixa claro de que forma deverá acontecer essa matricula para o Ensino Infantil.

Das propostas pedagógicas para Educação Infantil, considera-se que a criança deverá ser centro de planejamento curricular, e que a jornada mínima deverá ser de quatro horas e no máximo de sete horas diárias, compreendida no tempo total o qual a criança permanece na instituição. As propostas deverão seguir princípios: éticos, políticos e estéticos (Art. 4º e 6º) a seguir, da Resolução (2009) acima citada.

[...] princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (RESOLUÇÃO Nº05, 2009, s/p).

Torna-se interessante ainda o incluir o Art. 7º, da Resolução (2009). Onde propõe observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, junto ao que devem ser garantir plenamente em sua função sociopolítica e pedagógica, ressalto a seguir:

I – oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II – assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III – possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; IV – promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V – construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, lingüística e religiosa (RESOLUÇÃO Nº05, 2009, s/p).

Acredito que incluir nesta pesquisa o histórico da luta educacional, torna-se uma base onde nos situa sobre quem está por trás do cenário educacional. Quem são as pessoas que criam estratégias e programas de ensino. De que forma se deu a trajetória do que temos hoje como meios norteadores a educação para ensino básico. Com isso, a partir da implementação efetiva do Ministério da Educação somente a assunto educacionais, percebe-se que a educação é algo que precisamos lutar para cada dia poder melhorar. São leis, reformas, reajustes,

normativas, decretos, ementas que constantemente nos é disponibilizado (a todos os interessados) em acesso, principalmente, virtual.

Ao Ministério da Educação cabe traçar ao meio de ensino as políticas nacionais de educação. Inclui-se aqui todas as etapas da educação, sendo essas: da educação infantil ao ensino superior. Assim como: a educação de jovens e adultos (EJA); a educação profissional; a educação especial; a educação a distância, exceto o ensino militar. Também é papel do MEC, potencializar a pesquisa educacional aos meios de informação, avaliação e extensão universitária e instituições de ensino. A seguir, insiro bases informativas retiradas do Portal do Ministério da Cultura, disponível virtualmente no segundo semestre de 2015.

O Ministério da Cultura (Minc) se faz presente nesta pesquisa, não somente por fazer parte do histórico do Ministério da Educação. E sim, por ser o órgão responsável pela política nacional da cultura e de proteção ao patrimônio histórico e cultural. Para as Artes, o MinC, passa a ser reconhecido pelos Acadêmicos, em especial, sendo este o órgão que administra e desenvolve políticas de fomento e incentivo à cultura, nas diversas formas de expressão da cultural nacional, onde está inserido a Arte além de outras áreas. Trabalha-se por meio de metas do Plano Nacional da Cultura, a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A primeira dimensão, aborda aspectos da cultura, onde considera-se que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que expressem práticas culturais como: idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc. Na segunda dimensão o aspecto da cultura é entendido como um direito básico do cidadão, segundo o Portal do Ministério da Cultura, desta maneira é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

Já a terceira dimensão, reconhece a cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira que faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico. Com isso, após a separação do MEC, em 1985, o Minc começa a desenvolver ações específicas ao reconhecimento da importância da

cultura para a construção da identidade nacional. No campo das Artes, isso significa que a profissão está diretamente ligada ao planejamento cultural.

Ao olhar universitário, o contexto cultural torna-se essencial atribuído a qualificação profissional. Todavia, o ensino superior destina-se cursos de formação, entre as diversas habilitações. As qualificações profissionais estão voltadas a habilitações por intermédio de tecnólogos, graduação (licenciatura e bacharel), especialização, mestrados e doutorados e pós doutorados.

Destaca-se desta forma, os cursos que estão diretamente ligados ao ensino das artes no ambiente educacional. Nas habilitações possíveis ao reconhecimento das artes, insere-se neste contexto profissionais que procuram sua formação em teatro, música, dança e artes visuais. O ensino das artes no âmbito da universidade também sofreu algumas mudanças, devido ao histórico do ensino das artes no Brasil.

O Parecer (CNE/CES Nº: 280/2007) homologado em 2008, convoca as instituições de ensino superior para que realizem ampla discussão a subsidiar as propostas de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de cada área. O relator (Alex Bolonha Fiúza de Mello), ressalta no parecer que:

A organização do ensino das artes em grau superior no Brasil precedeu em muitos anos a organização desse ensino na educação básica e remonta à Academia Imperial de Belas Artes (criada pelo Decreto-Lei datado de 1816, e que só começaria a funcionar em 1826). Apesar dessa tradição - a Academia constituiu-se numa das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, junto com as escolas militares e os cursos médicos - e refletindo preconceitos entranhados em acadêmicos e legisladores, o ensino das artes na educação básica só se tornou obrigatório com a Lei nº 5.692/71, que instituiu a disciplina Educação Artística nos currículos de 1º e 2º Graus. Tal obrigatoriedade fez crescer a oferta de graduações (sobretudo licenciatura) com habilitações em Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Desenho, descentralizando a oferta de cursos na área, antes praticamente restrita aos centros tradicionais. Entretanto, aquela Lei também instituiu a polivalência, sob o princípio de que o professor de artes deveria ser um generalista e não um especialista em cada linguagem artística (PARECER CNE/CES Nº: 280/2007).

No decorrer de todas estas mudanças, inclui-se ao parecer a criação das associações de Arte-Educadores do Brasil (FAEB). Consequentemente e de forma inevitável o aprofundamento e a ampliação de debates se faz presente em todo o

país. Discussões acerca da especificidade da formação do profissional da arte (bacharel e licenciado), culminando em discussões junto a LDB/96, dessa maneira:

[...] os profissionais da área de Artes construíram um referencial considerável sobre o ensino da arte e a formação de profissionais na área. Toda essa intensa mobilização redundou num outro perfil para o ensino da arte na educação básica e, conseqüentemente, para os cursos superiores de arte, consagrado na Lei nº 9.394/96 (PARECER CNE/CES Nº: 280/2007).

Desse ponto de vista, destaco o Art. 9º, da LDB/96 (s/p), palavras significativas para esta pesquisa: “o estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, que nortearão seus conteúdos mínimos, de modo a formar a educação básica comum”... “ [...] disseminar informações sobre a educação”... “[...] definição de prioridades e melhoria de qualidade de ensino”... “ [...] educação superior [...] sistema de ensino”. Ao unificar estes contextos, penso e reflito sobre a qualidade ensino que temos, vemos e vivenciamos na educação infantil, nos dias atuais. Onde analiso a partir do ensino das artes na escola.

No campo das artes, direciono o meu olhar para a Dança, vista como linguagem e área de conhecimento, que está incluída na educação básica e compreendida como parte do ensino das artes na escola. Organizo as considerações sobre os referenciais teóricos, apresentando como instrumentos importantes para refletirmos sobre: a dança no contexto escolar. Segundo as autoras:

Como parte integrante das linguagens artísticas, desenvolvidas na disciplina escolar de Arte, entre elas, o teatro a música e as artes visuais, a dança se coloca como integradora de todos os componentes, pois uma prática de dança muitas vezes envolve dramatização, mássica, figurino e cenário (TADRA *et al.*,2012, p. 14).

Ao abordar a dança como área de conhecimento, torna-se interessante inserir, o seguinte apontamento, a partir do que as autoras, inserem no livro a metodologia do ensino Tadra (2012) das artes:

Para compreendermos a complexidade da dança como área de conhecimento específica e autônoma de conhecimento, é

importante, num primeiro momento, voltarmos ao processo histórico educacional em que se inseriu a dança no Brasil (TADRA *et al.*, 2012, s/p.).

Atualmente a legislação pertinente prevê a obrigatoriedade do ensino das artes no nível infantil, fundamental e médio. Dispõe da Lei de Diretrizes Bases – LDB (Lei nº 9.394/96, s/p.) em seus artigos 32, inciso II e artigo 36 inciso I:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

No entanto, essa obrigatoriedade não é cumprida de forma a possibilitar um professor de artes com habilitações específicas para cada uma das linguagens. Na maioria das escolas públicas. O que faz com que haja apenas um professor em sala de aula e ainda que sobrecarregue esse a passar o conhecimento de ambas outras linguagens. Na escola de educação infantil, geralmente através das observações que realizei, o ensino das artes é feito por um profissional unidocente que muitas vezes que considera-se apto a ensinar a dança em sua especificidade.

3.2.A ARTE NO ENSINO INFANTIL E SUA TERMINOLOGIA E SIGNIFICAÇÃO

Feist (2003, p.06), em seu livro "*Pequena viagem pelo mundo da arte*", introduz seus passos a resolver algo que por tempos matutava. Em sua cabeça pensava... "Afim, o que é arte? Bom, a partir de seus passos olhei para os meus. Essa lenta caminhada fez com que durante esse processo de pesquisa, ensino e aprendizagem, eu refletisse sobre o que é arte."

Confesso que encontrei várias pedrinhas no meio do caminho e, em cada uma havia pontos de interrogação, junto a frases reflexivas. O caminho foi longo mas, o

reflexo dos meus pensamentos em determinado momento, chegaram a compreensão de que quando caminhamos através do caminho das pedras, sempre haverá algo novo a aprender, pensar e difundir a novos saberes pessoais.

Ao primeiro momento me deparei com uma pedra grande, chamativa e com manchas coloridas. Chamou a minha atenção ao mesmo tempo que estabilizou o meu olhar. Nela estava escrito: “ Muitas vezes uma única palavra quer dizer várias coisas, atribuindo assim a decorrência de muitos significados... Lembre-se depende do contexto, ou seja, da situação, e às vezes até do tom em que se fala” (FEIST, 2003, p.05).

Refleti, pensei e repensei... Até que lembrei da experiência que me possibilitou entender melhor o que descrevia aquela pedra. Me veio a lembrança das práticas pedagógicas que realizei em uma turma de educação infantil.

Engraçado que a experiência prática foi ao desencontro do que eu havia lido na pedra, pois muitas vezes as palavras não tinham significado algum! Lembro me que no estágio curricular ao ensino das artes na escola, estava eu lá prontamente, junto a duas colegas que compartilham da vivencia de estágio para dar aulas de dança para as crianças. O Estágio foi realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no qual ministrei aulas de dança para alunos de 3 a 4 anos de idade, estes faziam parte turma da sala rosa.

O desencontro entre a pedra e o contexto de estágio, foi tão surpreendente ao mesmo tempo que intrigante. Então lembrei de uma aula que tive, nesta falávamos de linguagem para a educação infantil. Neste momento, junto a supervisora de estágio, minhas bochechas ficaram vermelhas e internamente sentia que eu tinha que me preparar melhor para ministras aulas para a educação infantil. E que a linguagem nesse contexto faria toda a diferença. Falo isso porque a criança não consegue seguir seus pensamentos da mesma forma que o adulto. E que o que fazia sentido para mim talvez não fizesse sentido para aquela faixa etária.

No entanto, em uma outra situação durante o período de estágio, ouvi uma professora dizendo: “ fulano, eu sabia... estás fazendo arte outra vez, nós já não conversamos... Novamente a professora fala... fulano, pare de fazer arte, vai logo para sala”. Bom, ao pensar nesses dois exemplos, pude entender que a terminologia da palavra caminha junto a sua significação. Ou seja, o aluno poderia estar brincando com algo, mas foi surpreendido pela professora que lhe disse que

era para parar de fazer arte, de forma a propiciar que o aluno relacionasse arte a algo que não deveria fazer. Questiono-me a este ponto, será que na educação infantil, não devemos fazer arte?

Entende-se que talvez a professora estava relacionando a arte de fazer bagunça. Mas, será que para criança a arte e a bagunça deve ser enfatizada da mesma forma? Penso nisso, pois como pesquisadora em arte e futura licenciada em dança, talvez não consiga me inserir no ambiente infantil de forma a efetivar minhas aulas junto a aprendizagem do ensino das artes, na escola.

Feist (2003, p. 06), em seu livro, nos brinda com outro exemplo: " Mas essa moleca vive fazendo arte", logo ele questiona, que tipo de arte é essa? Neste contexto ele pergunta: " qual é o significado da palavra arte"? Travessura ou algo parecido? Pois acertou! Para o autor "a arte, aquela arte que tentaremos definir, tem alguma coisa em comum com a travessura", ainda esclarece que:

Travessura envolve imaginação, criatividade: para aprontar uma boa mesmo é preciso pensar, dar asas à fantasia, inventar. Porque não tem graça nenhuma ficar repetindo sempre as mesmas molecagens. [...] É isso que a arte tem em comum com a travessura: ela também requer imaginação, envolve ousadia, dá prazer, desperta os mais variados sentimentos (FEIST, 2003 p.06).

O autor supracitado (2003, p.07), nos ensina que: " o artista precisa dominar as técnicas de sua arte e conhecer o trabalho dos colegas que o precederam ou que são seus contemporâneos". Dessa maneira percebo que no estágio (papel do professor) é preciso desconstruir a disciplina para construir a autonomia da sua arte em diferentes corpos dançantes. Em seus ensinamentos, Marques (2012, p.108), de um jeito especial, nos faz pensar quando diz: " O espaço pessoal talvez seja o mais significativo para se trabalhar com as crianças pequenas".

Segundo Dantas (2011, p. 01): " Corpos dançantes como corpos antropofágicos se afirmam afirmando os poderes do corpo: é o corpo que reúne e que unifica as experiências, sejam elas experiência em dança ou experiências de vida". Na tentativa de tentar definir a palavra "arte", Feist (2003, p. 08), irá nos dizer que: " [...] a arte é produto da criatividade humana que, mediante conhecimentos, técnicas e um estilo todo pessoal, transmite uma experiência de vida ou uma visão de mundo, expressando verdades humanas e despertando emoções a quem a usufrui". Para Cunha *et. al.* (2012, p.238), "[...] a criança pelo movimento criativo,

pela dança, expressa suas emoções em utilizar a palavra, desenvolvendo a sensibilidade, a imaginação, a fantasia e a comunicação com o máximo de possibilidades”.

Dessa maneira, ao encontrar a segunda pedra algo me perturba ao ler: “ A palavra como ferramenta está nas mãos de quem educa” (FEIST, 2003). Logo, educar é interagir, é agir com o outro, o que acarreta a transformação de sujeitos envolvidos na convivência (MARQUES, 2012). Fez com que eu refletisse sobre a arte que educa e a arte de quem oferece diferentes forma de saberes ao universo infantil. Quando penso sobre experiência que tive no estágio mencionado anteriormente, vejo que a arte na educação infantil não está tendo sua legitimidade.

Dessa forma ao questionar as artes na escola, percebo que ainda não está claro de que forma está sendo dado e por quem? As artes, como visto na legislação é inserida à educação básica. Mas, o que faz com que eu continue está presente pesquisa e o que me impulsiona a questionamentos, sobre o ensino das artes para a educação infantil.

Na educação infantil quem educa é o professor com habilitação aos anos iniciais ou com magistério, como dispõe a LDB/96 (s/p.), no artigo a seguir:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Todavia, o ensino das artes para educação é dado pelo profissional do magistério e/ou com formação em pedagogia. A estes profissionais é destinado a responsabilidade (no âmbito educacional) de educar a criança na educação infantil ou anos inicial da educação básica. Segundo Campos *et. al.* (2006), informa que após pesquisas:

[...] resultados apontam para alguns dos principais problemas da formação de profissionais da educação infantil. Quanto à formação prévia, mesmo professoras formadas no curso de magistério ou até mesmo em pedagogia, no nível superior, não recebem a qualificação necessária para desenvolver seu trabalho educativo, principalmente com as crianças menores atendidas em tempo integral nas creches. As educadoras ou monitoras, por sua vez, que na maioria não contam nem

mesmo com o curso secundário, baseiam seu trabalho no conhecimento que desenvolvem no âmbito doméstico, priorizando as atividades de higiene, alimentação e segurança (CAMPOS *et. al.*,2006, p.106).

Ao prosseguir a caminhada deparei-me com uma nova pedra, está caracterizada por ter vários lados e também por ser de uma cor clara, talvez seja um tipo de cristal aparentemente rosado. Nesta havia a seguinte frase: “ Quanto mais ampla é a visão de mundo de um artista, quanto mais rica é sua experiência de vida, maiores são as possibilidades de expressar verdades humanas universais e emocionar o seu público (FEIST, 2003, p.08-09) ”.

Dentre as pedras que encontrei e que ainda me fazem refletir nesse percurso entre universidade, arte e dança. Pude perceber no estágio vivenciado e assim concordar com o autor, Coletto (2010), quando esse nos ensina que:

[...] a arte é importante para a criança, pois enquanto cria, desenha, canta, dança ou representa uma cena ela é livre para expressar suas ideias e seus sentimentos. É durante as aulas de Arte que a criança vai aprender a ouvir, a ver e a sentir. Não queremos dizer que essas habilidades não possam estar presentes nas outras disciplinas, até devem, pois os conhecimentos precisam ser integrados, mas é no contato com a arte, com o professor que gosta de arte e que a leva para a sala de aula, que a criança vai aprender a gostar de arte. Ele vai entender, através do comportamento de seu educando e dos seus momentos de apreciação e reflexão que essa disciplina é mais do que um “momento de repouso”, ela representa um agente transformador de atitudes que poderão ser levadas para toda a vida (COLETO, 2010 p.150).

Incluir a terminologia utilizada para as artes se faz necessário por direcional esse estudo ao ensino na educação infantil. Para Biasoli (1999, p. 14) a terminologia da arte torna-se relativa quando aplicadas ao seu ensino, a concepção e a efetiva prática pedagógica. Para melhor compreensão, a terminologia parte da finalidade que será proposta. Pois os conceitos de arte podem ser incluídos a vários contextos. No entanto, ao que me refiro neste trabalho, se atribui ao ensino das artes enquanto linguagem artística, a uma representativa corporal, vista pela dança.

Primeiramente, gostaria de evidenciar a questão norteadora para refletimos sobre esse tópico acima destacado. Então, reflito sobre: “ Qual seria a importância

da dança para o ensino infantil? ”. Pensado neste questionamento, Camargo e Finck, enfatizam que:

As atividades que utilizam o movimento têm a função de integrar, propor possibilidade de encontro consigo, com o mundo e com o conhecimento. A criança toma conhecimento de um universo de informações através de seus movimentos (CAMARGO e FINCK, 2010, p. 03).

Partindo desse entendimento, de que a criança ganha conhecimento a partir de seus movimentos, acredito ser importante incluir neste trabalho a importância da dança, através de atividades de criação em estratégias de estímulo, vistas como possibilidades potencializadoras para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Em seu artigo: “A importância da arte para a formação da criança”, a autora Coletto (2010 p.03) ressalta que: “A dança também é uma linguagem que pode ser utilizada pelo professor. Ela sempre esteve presente na cultura humana, seja como atividade de lazer, trabalho ou manifestação religiosa”.

Enquanto significado, entendo que parte da intencionalidade, acredito que relacionar a arte à bagunça confunde e distancia a criança do universo artístico. Desse modo, creio que a criança passa a não relacionar a dança como arte. Devido à pouca relação teórica/ prática que se passa na Escola de Educação Infantil.

3.1.1 A importância de se estimular atividades criadoras para a criança

Este subtítulo insere-se neste contexto de pesquisa, devido à importância que eu atribuo ao estímulo de atividades criadoras na escola e para a criança, através do ensino da dança. Logo, estimular atividades criadoras é um desafio constante para os profissionais que decidem atuar como agentes educacionais, em especial na escola de educação infantil.

Conforme, Vargas (2007), em seu livro “*Escola em dança: movimento, expressão e arte*”:

Em um processo de criação, os praticantes devem ser estimulados a improvisar livremente, utilizando-se da sensibilidade, liberando-se das fronteiras imaginárias que muitas vezes não se atrevem a transpor, aproveitando surpresas e sugestões que surgem no trabalho, acomodando e desacomodando seus corpos (VARGAS, 2007, p.73).

Sobre o estímulo a atividades criadoras, Coletto (2010, p.145) nos ensina quando nos diz que: “ A cada fase que a criança passa, desenvolve mais sua criatividade e conseqüentemente sua autonomia, tendo assim mais facilidade para se expressar e se comunicar com o mundo”. Pensa que “A criança se expressa através da arte com mais facilidade, pois em sua produção artística, que é sua criação, não há certo ou errado” e, ainda segundo o autor:

É através das aulas de Arte que o professor irá estimular seu aluno a investigar, inventar, explorar e, mesmo cometendo erros, ele não terá medo de liberar sua criatividade. O professor deve apresentar a atividade como algo essencial para a criança, e também deve estar motivado com o trabalho, não apenas orientando de forma mecânica, mas fazendo a criança sentir sua importância para que a atividade seja significativa para o aluno (COLETO, 2010, p. 06-07).

Neste cenário artístico, Schiavo e Ribó (2007) sustentam que:

Ensinar e educar configura atender todas as crianças, independentemente de suas necessidades educativas, culturais e sociais, é estimular todos os seus sentidos, principalmente, de zero a seis anos, desenvolvendo atividades e avaliações de acordo com sua história de vida, seu ritmo e seu desenvolvimento (SCHIAVO E RIBÓ, 2007, p.02).

Ao reflexo de estímulo a atividade, Nanni (2005, p.21) após pesquisas nos diz que: “Teorias e experiência confirmam a necessidade de promover experiências em aprendizagem motora para estimular o desenvolvimento mental da criança”. Que para Coletto (2010):

Durante todo o seu desenvolvimento expressivo a criança conhece e aprimora saberes, técnicas e sensações, construindo assim, sua poética pessoal. É nesse aprimorar/construir que se faz necessária uma boa prática pedagógica desenvolvida pelo professor (COLETO, 2010, p.145).

Com tudo, a mediação se faz presente apenas no momento em que não ignoramos sua existência (SMITH, 2006). Nos estudos de Coletto (2010), o trabalho mediador desenvolvido pelo professor ajuda no desenvolvimento da capacidade de

criação da criança. Pois acredita que através de suas orientações o professor pode motivar os alunos.

Penso que a falta de estímulo, faz com que o sujeito se distancie do efetivo aprendizado. Exemplo: o professor de matemática que apenas passa matéria e corrige antes mesmo dos alunos fazerem os exercícios, "ignorando" o processo de aprendizagem! "Desconstruindo um terreno base para futuras exigências". A consequência, é que o aluno pode até aprender a calcular, mas esse não desenvolver a curiosidade, logo, encontrará dificuldade para aplicar em determinadas situações. Possibilitando desvios, fraquezas e anulações do pensar, influenciando para o efeito de não realizar sem real necessidade.

Na arte em que reflito, é preciso que o aluno sinta-se motivado a processos de criação em movimento. Para Coletto (2010, p. 147): "O professor nas aulas de Arte deve visar o desenvolvimento da poética do aluno e do seu modo de se expressar, não de forma impositiva, mas incentivando suas produções".

Assim como bem apresenta, Coletto (2010, p.146), o papel do professor é mediar os conhecimentos, apresentar novos saberes aos que a criança já possui. O conhecimento prévio do aluno é algo que temos que resgatar diariamente e de forma criativa, ao meu ver.

Dessa forma, tudo que a criança adquire do ponto de vista de aprendizado ao estímulo recebido por intermédio do professor ou do seu meio (família, colegas, sociedade), ajuda no desenvolvimento de suas expressões e percepções. Para isso pode utilizar perguntas, situações problemas, projetos, partindo sempre das necessidades dos alunos e do que lhes desperta o interesse, ampliando seus conhecimentos e sua visão. O professor como principal mediador dos conhecimentos, precisa apresentar à criança situações que lhe possibilitem ampliar e enriquecer suas experiências, de modo prazeroso e lúdico (COLETO, 2010).

Penso que introduzir a dança na escola é mais uma forma de potencializar o corpo da criação a melhores condições articulares. De acordo com o que diz o RCNEI (1998):

O trabalho com movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, bem como

atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança (RCNEI,1998, p. 15).

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN- Arte, 1997) entende-se que:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (PCN- Arte, 1997, p.15).

Em brilhante colocação, no PCN- Artes (1997), encontra-se o esclarecimento que:

O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida (PCN- Arte, 1997, p.19).

Logo, interpreta-se que há espaço para o ensino das artes na escola. E complementa-se quando se ressalta que:

As tendências que se manifestaram no ensino de Arte a partir dessas perguntas geraram as condições para o estabelecimento de um quadro de referências conceituais solidamente fundamentado dentro do currículo escolar, focalizando a especificidade da área e definindo seus contornos com base nas características inerentes ao fenômeno artístico (PCN- 1997, p. 21).

Neste contexto, visto pelo contexto artístico (PCN, 1997, p.28): "O conhecimento artístico não tem como objetivo compreender e definir leis gerais que expliquem por que as coisas são como são". No caso do ensino das artes, a dança, torna-se importante ao movimento humano, pois acredita-se que:

Toda ação humana envolve a atividade corporal. A criança é um ser em constante mobilidade e utiliza-se dela para buscar

conhecimento de si mesma e daquilo que a rodeia, relacionando-se com objetos e pessoas. A ação física é necessária para que a criança harmonize de maneira integradora as potencialidades motoras, afetivas e cognitivas (PCN, 1997, p.49).

Com isso, nota-se que o trabalho em dança na escola é importante e deve ser desenvolvido em prol de beneficiar o a criança em sua formação, para o PNC/Artes:

A atividade da dança na escola pode desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, mediante um maior entendimento de como seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo e com maior inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade" (PCN, 1997, p.49).

Visto a partir do contexto apresentado, que há mudanças contributivas, da dança quando inseridas ao espaço escolar. E que dessa forma, o ensino das artes precisa lutar por esse espaço o qual já está sendo pleiteado por meios teóricos norteadores, aplicado a vias leais que legalizam e reconhecem que a dança na escola pode desenvolver a criança. A partir do intermédio mediador do professor que pode fazer com que a criança entenda melhor a sua capacidade de movimento, diante do seu corpo. O que acredito que tenha ficado bem explícito durante as práticas de estágio realizadas em contribuição a outros colegas que estudam em si mesmos os movimentos a serem ensinados na escola.

3.1.2. Ambiente lúdico e feedbacks: estímulo e aprendizagem

Segundo, PCN/ Artes (1997, p 58):

A criança, ao iniciar o ciclo básico, está na idade de vivenciar o companheirismo como um processo de socialização, de estabelecimento de amizades. Compartilhar uma atividade lúdica e criativa baseada na experimentação e na compreensão é um estímulo para a aprendizagem.

No estágio em dança, no Instituto de Educação General Flores da Cunha, tínhamos todo um preparo para que o ambiente atendesse a proposta lúdica, que estimulasse entre fantasias do imaginário, o prazer de brincar a partir dos próprios movimentos corporais. Logo, na dança, "Não é necessário que as aulas sejam

acompanhadas por estímulos sonoros criados, pois no silêncio existem ritmos (internos e externos) que podem e devem ser (explorados PCN/ Artes, 1997, p. 50).

Ao olhar de Coletto (2010):

[..] os professores devem ficar atentos para deixar a criança se expressar livremente, evitar comentários negativos e não devem apressá-la para que saia da fase das garatujas, pois essas manifestações são importantes para o seu desenvolvimento e ações futuras. Quando a criança é reprimida pode passar a ter medo de se arriscar e, conseqüentemente, de se expressar (COLETO, 2010, p. 05).

Para Smith (2006, p.31), “tutoramento do brincar” é titulado por ser representativo a vários métodos para encorajar o brincar, de forma efetiva, sendo o adulto ou o professor a iniciar e ajudar a sustentar e desenvolver a atividade por certo período de tempo. Nesse tutoramento, entende-se que há um método de modelagem, onde o professor participa ativamente do brincar, demonstrando o papel a ser desempenhado; o da orientação verbal, onde o professor não participa ativamente, mas faz comentários e sugestões.

Nas palavras do autor supracitado, a criança que aprende a brincar, desenvolve mais habilidades sociais, cognitivas e linguísticas. A partir disso, salienta a importância da participação e envolvimento do adulto, visto por ele que a ajuda adulta seria a orientação por um ciclo de planejamentos. Todavia, a outros olhares no cenário educativo, o professor não deve ser invasivo, pois as crianças não devem ficar cercadas e dominadas por instruções, elas devem ter liberdade de ação! A contribuir, na coleção *InterAções*, Marques (2012) enfatiza que:

Ensinar e aprender são ações de um processo de mão dupla entre sujeitos, que só terá significado e valor quando alunos e professores estiverem questionando, refletindo, refazendo, ouvindo, falando, agindo, observando, acolhendo e crescendo juntos (MARQUES, 2012, p.09).

Nos feedbacks, o professor deve conhecer primeiramente o seu aluno para que ele possa posteriormente passar feedback significativos/eficientes às crianças em sua compreensão. Para Coletto (2010):

A criança é um ser em constante movimento, é dessa maneira que ela explora seu corpo e o ambiente. A dança pode ser utilizada como um estímulo à comunicação e à criatividade, pois, através dela, o professor pode trabalhar de forma lúdica e espontânea a estrutura e o funcionamento dos corpos, assim como o trabalho em grupo e a atenção (COLETO, 2010, p. 03).

O treinamento da fantasia temática, onde as crianças são ajudadas a encenar histórias; e o da aprendizagem do brincar imaginativo, onde o professor exercita as crianças em habilidades, referente a atividades de faz-de-conta. Posteriormente há então, forma de encorajamento, que tem convicção que isso reflete naquele que levam seu trabalho a sério e que tentam mesmo com limitantes, fazer o máximo para potencializar aprendizagem (SMITH, 2006). Nessa perspectiva os PCN/ Artes (1997) frisam que:

A atitude do professor em sala de aula é importante para criar climas de atenção e concentração, sem que se perca a alegria. As aulas tanto podem inibir o aluno quanto fazer com que atue de maneira indisciplinada. Estabelecer regras de uso do espaço e de relacionamento entre os alunos é importante para garantir o bom andamento da aula. A adequação da roupa para permitir mais mobilidade é indispensável. É preciso dar condições para o aluno criar confiança para explorar movimentos, para estimular a inventividade e a coordenação de suas ações com a dos outros (PCN, 1997, p.50).

O ambiente lúdico deve ser pensado, pois a criança precisa de estímulos criativos. Para RCNEI (1998):

[...] as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmas, dos outros e do meio em que vivem (RCNEI, 1998, p.15).

O estímulo pode ser dar de várias formas, mas no estágio foi visível que temos que entender a linguagem das crianças a partir de seus contextos, etnias e religiões. O respeito a elas, assim como expressão nas vias legais, deve existir na prática junto ao ambiente escolar. Schiavo e Ribó (2007, p. 03) definem que: “A quantidade de estímulos deve respeitar o crescimento, o desenvolvimento, a

capacidade, o interesse e as possibilidades da criança, usando como indicador sua faixa etária”. Nas palavras de Coletto (2010):

A criança valoriza mais o material que está utilizando, o processo, do que o resultado final. Ao se expressar de forma gráfica faz vários rabiscos, livremente, faz traços horizontais, verticais e inclinados até perceber que pode utilizar a linha curva para construir círculos de tamanhos diferentes. Por mais que para os adultos esses rabiscos não possuam significado algum, devem ser estimulados. A criança deve ser encorajada a garatujar, pois esses traços são o início de sua expressão gráfica e, posteriormente, a levarão até a escrita (COLETO, 2010, p.140).

O autor supracitado, ainda observa que todas as formas de expressão da criança devem ser consideradas um reflexo de sua criatividade infantil, pois são os registros dos seus sentimentos e das suas percepções ao meio, que a proporcionara novas aprendizagens, o que vem a favorecer o professor a um modo melhor de compreender seu aluno e podendo a partir de suas observações tentar ajudá-lo (COLETO,2010).

3.1.3 O mundo mágico da apresentação e representação coreográfica

Fizemos durante as aulas e ao final do estágio vários cenários lúdicos que vieram ao encontro de trabalharmos em aula as representações de um mundo mágico infantil e cheio de cores imaginárias. A representação coreográfica é, ao meu ver, apenas a consequência de aulas pensadas em prol da melhora do movimento, previamente planejadas e discutidas no espaço universitário o qual cito nesta pesquisa.

Nesse caso entra novamente, o processo de mediação do professor quando pensado pelos meios de conexão que se pretende em aula, para Coletto (2010):

A interação é importante, pois a criança gosta de imitar o que o adulto faz, ela observa seus gestos e ações e tenta reproduzir, ela se interessa pela ação e não pelo que o adulto está fazendo. Por isso é fundamental o incentivo, tanto da família como da escola, oferecendo-lhe repertório suficiente para que possa ampliar seus conhecimentos e suas ações (COLETO, 2010, p.141).

Na concepção PCN/ Artes (1997):

O ato de dramatizar está potencialmente contido em cada um, como uma necessidade de compreender e representar uma realidade. Ao observar uma criança em suas primeiras manifestações dramatizadas, o jogo simbólico, percebe-se a procura na organização de seu conhecimento do mundo de forma integradora. A dramatização acompanha o desenvolvimento da criança como uma manifestação espontânea, assumindo feições e funções diversas, sem perder jamais o caráter de interação e de promoção de equilíbrio entre ela e o meio ambiente. Essa atividade evolui do jogo espontâneo para o jogo de regras, do individual para o coletivo (PCN/ Artes,1997, p.57).

Desta forma as apresentações em dança proporcionadas pelas construções dos ensinamentos em aula. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) ajudam a criança, pois:

[...] a criança passa a compreender a atividade teatral como um todo, o seu papel de atuante e observa um maior domínio sobre a linguagem e todos os elementos que a compõem. A elaboração de cenários, objetos, roupas, organização e sequência de história é mais acurada. Esse processo precisa ser cuidadosamente estimulado e organizado pelo professor. Os cenários pintados não mostram a representação da perspectiva, mas na maioria das vezes apresentam proporções adequadas (PCN/ Artes,1997, s/p).

Penso que à dança em algumas concepções pode ser representativa somente quando realizado uma determinada coreografia. No entanto, há outras concepções geralmente atribuída àquelas pessoas que procuram saber mais sobre a dança e a quem ensina. Para estas pessoas há à dança existe para além dos espetáculos, pois o entendimento corporal (necessário) é visível. Na experiência compartilhada, pude perceber que as crianças acessam seus imaginários com muita facilidade e criatividade ao contexto de representação ao movimento rítmico.

3.2.DANÇA NA ESCOLA: DIPOSIÇÃO COPRORAL DA CRIANÇA

De acordo com PCN/ Artes (1997):"A criança se movimenta nas ações do seu cotidiano".

Correr, pular, girar e subir nos objetos são algumas das atividades dinâmicas que estão ligadas à sua necessidade de experimentar o corpo não só para seu domínio, mas na construção de sua autonomia. [...] Ela se movimenta não só em função de respostas funcionais (como ocorre com a maioria dos adultos), mas pelo prazer do exercício, para explorar o meio ambiente, adquirir melhor mobilidade e se expressar com liberdade. Possui, nesta etapa de sua vida, um vocabulário gestual fluente e expressivo (PCN/ Artes,1997, 49).

Logo, o brincar faz parte do cotidiano infantil, e poderia ser inserido de forma mais intensa no mundo dos adultos, pois pelo que entendo, até que o corpo não tenha mais vida, esse precisará de meios para potencializar suas habilidades corporais. Nesse sentido o brincar vem só como mais uma possibilidade de jogo em movimento.

Smith (2006), destaca que o brincar seria visto como o trabalho da criança e o meio pelo qual ela cresce e se desenvolve! Nesse sentido percebe-se o brincar como sendo vital para a aprendizagens das crianças. Onde muitas relações são feitas com aqueles que criticam o brincar na infância e para esses sempre é ressaltado que no caso oposto ao brincar seria atribuído aqueles que não sabem brincar, logo não brincam!

Aos seguimentos do RCNEI (1998), entende-se que:

Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo (RCNEI, 1998, p.15).

Com tudo, enquanto melhora na disposição corporal da criança, também é visto melhoras, pois para RCNEI (1998, p 18): " A dimensão corporal integra-se ao conjunto da atividade da criança. O ato motor faz-se presente em suas funções expressiva, instrumental ou de sustentação às posturas e aos gestos". Ainda ressalta-se que:

Quanto menor a criança, mais ela precisa de adultos que interpretem o significado de seus movimentos e expressões, auxiliando-a na satisfação de suas necessidades. À medida que a criança cresce, o desenvolvimento de novas

capacidades possibilita que ela atue de maneira cada vez mais independente sobre o mundo à sua volta, ganhando maior autonomia em relação aos adultos (RCNEI, 1998, p 18).

Foi com esse olhar de viabilizar no contexto escolar novas formas de harmonizar o movimento a sua determinada faixa etária. Que entre nós (trio de estagiárias), escolhemos trabalhar propostas que mobilizassem o corpo a partir da própria percepção corporal de cada um dos alunos (turma rosa) em vivência corporal da escola. Para o RCNEI (1998):

É muito grande a influência que a cultura tem sobre o desenvolvimento da motricidade infantil, não só pelos diferentes significados que cada grupo atribui a gestos e expressões faciais, como também pelos diferentes movimentos aprendidos no manuseio de objetos específicos presentes na atividade cotidiana, como pás, lápis, bolas de gude, corda, estilingue etc. (RCNEI,1998, p. 19).

Desse modo, é visto que a dança influencia na disposição corporal da criança e, ainda que age sobre meios emocionais, a contribuir com novas formas de expressividade corporal e interação ao meio em que vive. Pois segundo referenciais é através do movimento que a criança se desenvolve e cria novas formas do pensar imaginário, artístico e corporal.

3.2.1.O desenvolvimento de habilidades corporais na educação infantil

Acredito ser de grande importância, neste sub tópico, falar sobre o movimento através da dança, por se tratar de habilidades corporais. Direciono o processo de desenvolvimento da criança a partir de suas habilidades motoras, a qual analiso através da disposição corporal (a melhora de movimentos específicos a partir da dança) da criança. Nos estudos de NANNI (2005, p.21): “o movimento é de vital importância para o desenvolvimento da criança”.

Em seu livro: “ Dança educação: Pré-escola à Universidade, Nanni (2005, p.21) nos faz lembrar que: “ a criança é um ser dinâmico, com múltiplas habilidades físicas e indagações naturais”. Para a autora à criança, “utiliza as habilidades motoras para expandir seu ser”.

Smith (2006), também, nos lembra que: “o brincar é extremamente característico na faixa etária dos 2 aos 6 anos”. Esse seria, “o período do

desenvolvimento infantil mais importante para o brincar simbólico”. Nesse caso, penso que se não fizermos algo para a criança comer, conseqüentemente ela não irá ingerir nada! Segundo orientações nutricionais, nos primeiros anos de vida, a criança precisara de uma boa alimentação para se desenvolver de forma satisfatória as necessidades corporais. Se não atentarmos a uma alimentação diária, logo ela rejeitará aquilo que pouco foi oferecido. Desse modo, como estimular sem alimentar um corpo que precisa de impulsos (internos e externos) para se mover/manter.

Os RCNEI (1998, p.19), vai nos dizer que:

Os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam, por seu lado, a cultura corporal de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado.

O que interpreto que o desenvolvimento é influenciado por vários afazeres corporais, o movimento é o que faz com que acelere ou diminua esse movimento. Na dança, o desenvolvimento se dá a partir do contato corporal significativo aos aprendentes. O reflexo é interno externamente visível ao aos saberes em movimento. Nas práticas pedagógicas, realizadas na turma rosa, foi de grande experiência pois conseguíamos identificar disposições corporais a melhorar e outras com maior compreensão ao movimento. Para RCNEI (1998):

No plano da consciência corporal, nessa idade a criança começa a reconhecer a imagem de seu corpo, o que ocorre principalmente por meio das interações sociais que estabelece e das brincadeiras que faz diante do espelho. Nessas situações, ela aprende a reconhecer as características físicas que integram a sua pessoa, o que é fundamental para a construção de sua identidade (RCNEI 1998, p. 23).

Esta, na minha concepção, tivera maior facilidade ao executar as movimentações propostas durante a prática em dança. Neste exemplo prático, também incluo o desenvolvimento corporal com algo a ser trabalhado corporalmente. Houve na turma melhora corporal de todos os alunos, uns mais outros um pouco menos. Falo isso, pois fazíamos avaliações dos conteúdos dados a cada aula, e se naquele dia havia tido alguma melhora corporal visível ou não.

Ao desenvolvimento da faixa etária de 3 aos 4 anos de idade, a qual faz parte desta pesquisa, os RCNEI (1998) irão contribuir a este contexto teórico do ponto de vista que:

Outro aspecto da dimensão expressiva do ato motor é o desenvolvimento dos gestos simbólicos, tanto aqueles ligados ao faz-de-conta quanto os que possuem uma função indicativa, como apontar, dar tchau etc. No faz-de-conta pode-se observar situações em que as crianças revivem uma cena recorrendo somente aos seus gestos, por exemplo, quando, colocando os braços na posição de ninar, os balançam, fazendo de conta que estão embalando uma boneca. Nesse tipo de situação, a imitação desempenha um importante papel (RCNEI, 1998, p.22-23).

O desenvolvimento requer que a criança seja inserida em espaços que proporcione meios que propiciem experimentações. Na visão RCNEI (1998), nos ensina que:

Logo que aprende a andar, a criança parece tão encantada com sua nova capacidade que se diverte em locomover-se de um lado para outro, sem uma finalidade específica. O exercício dessa capacidade, somado ao progressivo amadurecimento do sistema nervoso, propicia o aperfeiçoamento do andar, que se torna cada vez mais seguro e estável, desdobrando-se nos atos de correr, pular e suas variantes (RCNEI, 1998, p.22).

Biologicamente a genética tem seu papel de desenvolvimento humano, além desse importante papel também há aquele atribuído ao educador que se procura com o desenvolvimento social, físico e social da criança. O que podemos enquanto futuros licenciados, com habilitação específica refletir... É se estamos conseguindo propor melhora ao desenvolvimento da criança a partir das nossas práticas de ensino?!

3.2.2.O objetivo e a necessidade da inserção da dança no ensino infantil

Quando unidas, importância e desenvolvimento, acredito que ocorra uma potencialização aos meios inseridos. Digo, falo e penso, porque creio em algo! Visto

a partir do desenvolver da vida, importante são as palavras jogadas ao vento, que leva para outros ares sem que se enraíze a lugares despovoados.

Para PCN- Arte (1997), a arte da dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho, as religiões e as atividades de lazer. Os povos sempre privilegiaram a dança, sendo está um bem cultural e uma atividade inerente à natureza do homem. Acredita-se ainda que:

O movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio dos gestos e das mímicas faciais e interage utilizando fortemente o apoio do corpo (PCN- Arte,1997, p.49).

Ao atual contexto e conflitos internos de estagiários e licenciados em dança, brilhantemente, a autora Marques (1997), nos brinda ao colocar seu ponto de vista, o qual vai ao encontro da discussão proposta nesta pesquisa. Em seu artigo: "Dançando na escola", nos faz refletir sobre:

Mesmo assim, como em várias partes do mundo, persistem no Brasil alguns "desentendimentos" sobre o campo de conhecimento da dança que já foram, vamos dizer, "resolvidos", em outras áreas do conhecimento como a matemática, a geografia, a física: na escola, em que disciplina a dança seria ensinada? Artes? Educação. Será que estaria na hora de pensarmos uma disciplina exclusivamente dedicada à dança? Ou ainda, será que deveríamos deixar o ensino de dança à informalidade das ruas, dos trios elétricos, dos programas de auditório, dos terreiros, da sociedade em geral? Mas o que é afinal a dança na escola? Área de conhecimento? Recurso educacional? Exercício físico? Terapia? Catarse? E ... quem estaria habilitado para ensinar dança? O bacharel em dança? Ou este bacharel deveria, necessariamente, ter cursado a licenciatura? O licenciado em Educação Artística? O licenciado em Educação Física? As pedagogas e professoras formadas em magistério de 2o. Grau estariam aptas a trabalhar esta disciplina nas quatro primeiras séries da escola fundamental? Enfim, que nome daríamos à "dança da escola"? Expressão Corporal? Dança Educativa? [...] (MARQUES, 1997, p. 01).

Dessa forma, neste artigo citado acima a autora vai falar sobre: pluralidade de ensino, proposta educativas e locais de realização. Bom, o que vem caracterizar o profissional com o conhecimento específico é a sua formação e experiência na área de habilitação. O que nos possibilita por determinou tempo sermos estagiários,

preocupados com as práticas pedagógicas e licenciados preocupados com as práticas de ensino.

A diferença entre o estagiário e o licenciado, nada mais é do que dois fatores: a certificação da instituição formadora e o tempo que levamos para tal amadurecimento, ao meu ver. Ao olhar de Marques (1997):

Neste mar de possibilidades característico da época em que estamos vivendo, talvez seja este o momento mais propício para também refletirmos criticamente sobre a função/papel da dança na escola formal, sabendo que este não é - e talvez não deva ser - o único lugar para se aprender dança com qualidade, profundidade, compromisso, amplitude e responsabilidade. No entanto, a escola é hoje, sem dúvida, um lugar privilegiado para que isto aconteça e, enquanto ela existir, a dança não poderá continuar mais sendo sinônimo de "festinhas de fim-de-ano" (MARQUES, 1997, p.21).

A escola é um espaço que deve unificar diferentes conhecimentos, além de ensinar deve propor um espaço de aprendizagem nas diferentes linguagens educacionais de conhecimentos específicos. O que me preocupa é não termos em escolas públicas de educação infantil, professores com habilitação em dança que possam impulsionar prática de ensino a potencializar os ganhos corporais da criança em seu desenvolvimento. E ficar a dança, vista de um ângulo distante a disciplinas curriculares para o ensino infantil. Enquanto contribuição da dança na escola, Marques (1997) dirá que:

A escola pode, sim, dar parâmetros para sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora dos conteúdos específicos da dança e, portanto, da sociedade. A escola teria, assim, o papel não de reproduzir, mas de instrumentalizar e de construir conhecimento em/através da dança³ com seus alunos (as), pois ela é forma de conhecimento, elemento essencial para a educação do ser social (MARQUES, 1997, p.23).

Ferrari (2005), acredita que:

A Dança na escola contempla uma nova proposta de ensino que abrange fundamentos da Dança-Educação e da Dança Educativa Moderna. Diferentemente das tradicionais e já conhecidas técnicas, a Dança aplicada ao conteúdo escolar não pretende formar bailarinos; antes disso, consiste em proporcionar ao aluno um contato mais efetivo e intimista com

a possibilidade de se expressar criativamente através do movimento (FERRARI, 2005, p.01).

Sob observação do contexto apresentado, vejo que o objetivo (de legitimar a profissão, no ambiente infantil), parte do problema cada vez mais desconfortável aos atuantes em dança. Para o questionamento, qual seria a necessidade de uma formação específica se muitas outras habilitações dão o mesmo conteúdo? Porque outras pessoas devem dar conteúdos superficiais sem abordagem específica, se há tantos profissionais que estudam em prol de efetivar um trabalho de qualidade corporal? Penso que tantos podem ser os contratados (atuante na aula de dança). No entanto, talvez poucos consigam ser legítimos professores! Porque acredito e por isso escrevo, que o conhecimento específico faz a diferença do ponto de vista de qualidade de ensino e propostas em contextos práticos.

3.2.3. Do ensino à avaliação: professor de dança e sua sistemática pedagógica

Tudo parte de um planejamento. Sob perspectiva de Brito (2009):

O planejamento da pesquisa, [...], especifica o caminho a ser percorrido no desenvolvimento da investigação. É o processo de sistematização da pesquisa, perspectivando garantir a eficiência da investigação no alcance dos objetivos estabelecidos (BRITO, 2009, p.4).

No caso do estágio vivenciado, tínhamos antes iniciar nossas práticas, fazer observações nos espaços escolares para ali fazermos um diagnóstico: da escola, turma, equipe docente, coordenação gestora e espaços para práticas corporais. A partir desse primeiro contato procuramos elaborar propostas pedagógica para a faixa etária de 3 aos 4 anos de idade. Está previsto no PCN- Arte (1997) que:

O professor deve conhecer as etapas de desenvolvimento da linguagem dramática da criança e como ela está relacionada ao processo cognitivo. Por volta dos sete anos, a criança se encontra na fase do faz-de-conta, em que a realidade é retratada da maneira que é entendida e vivenciada. Ela ainda não é capaz de refletir sobre temas gerais, distantes do seu cotidiano. Também não se preocupa com a probabilidade dos fatos (PCN- Arte, 1997, p. 58).

A prosseguir escolhe-se a temática proposta que no nosso caso, foi o "reconhecimento corporal a partir das próprias percepções". Para (RCNEI, 1997).

" Os temas devem ser escolhidos considerando o desenvolvimento do aluno. Podem ser propostas de pesquisa de movimentos, de estímulos rítmicos, de criação de movimentos em duplas ou grupos e de composição [...]".

Ainda, previsto pelos PCN (1997) o que:

Os conteúdos gerais de Arte estão propostos para serem trabalhados de primeira a oitava séries, seguindo os critérios para seleção e ordenação dos conteúdos circunscritos neste documento. Os conteúdos de primeira à quarta séries serão definidos nas modalidades artísticas específicas (PCN,1997, p. 42).

Me pergunto como fica o conteúdo específico para a educação infantil, neste referencial citado. Posteriormente, pensa-se o cronograma de acordo com a disponibilidade da escola, em inserir a dança na rotina semanal da criança.

As aulas (planos de ensino) são pensadas com intuito de propor ao que relacione conteúdos básicos olhadas a partir da coordenação motora, percepção espacial e expressividade impostas ao ambiente lúdico para melhora de disposição corporal da criança. Visto pelos PCN- Arte (1997) que:

Ao planejar as aulas, o professor deve considerar o desenvolvimento motor da criança, observar suas ações físicas e habilidades naturais. Deve estimular a pesquisa consciente a fim de ampliar o repertório gestual, capacitar o corpo para o movimento, dar sentido e organização às suas potencialidades. Deve estimular o aluno a reconhecer ritmos — corporais e externos —, explorar o espaço, inventar sequências de movimento, explorar sua imaginação, desenvolver seu sentido de forma e linha e se relacionar com os outros alunos buscando dar forma e sentido às suas pesquisas de movimento. Esses são elementos básicos para introduzir o aluno na linguagem da dança (PCN,1997, p. 49).

A metodologia é pensada previamente, levando em consideração procedimentos, músicas e propostas de ensino, assim com conteúdos específicos a serem propostos para métodos de percepção, conscientização e reconhecimento ao movimento executado.

A avaliação é parte da sistemática do profissional que estuda dança, esse deve pensar em formas de avaliar a turma a qual propôs práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem. Podendo ser realizada de forma coletiva e/ou individual. Esse educador deveria ainda delimitar critérios de avaliação. Nesse caso de avaliação, acredito que deva-se considerar os RCNEI (1998), onde vai dizer que a dança é uma forma de integração e expressão tanto individual quanto coletiva, em que o aluno exercita a atenção, a percepção, a colaboração e a solidariedade. Logo cabe a ele (professor) escolher a forma que prefere considera o reflexo da aprendizagem do aluno. Na educação infantil, geralmente, o que foi ao nosso caso de estágio. Fazemos pareceres descritivos o qual vai ser entregue aos pais. Com intuito de informar observação de habilidades motoras do movimento inseridas ao contexto artístico e lúdico pensadas a abater de objetivos específicos de aulas propostas.

Por fim, a sistemática, ao meu ver parte de um educador que se preocupar em proporcionar ao aluno, momentos de: ludicidade, descobertas, prazer, mistério, reflexão, associação, etc. Através de práticas pedagógicas voltadas para a interação da criança com o meio em que vive.

4.CAMPO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPONENTES DE DANÇA NA ESCOLA

Assim como citado anteriormente, (Marques 1997), nos dá uma ideia vasta de atuantes na área de dança com e sem habilitação. Desse modo percebo que o campo profissional na educação infantil ainda está mais potente em escolas privadas do que públicas. Na educação infantil, as aulas de artes geralmente são dadas por profissionais atuantes na unidade. Em sua maioria são pedagogos que tentam dar o melhor de si, mas ao mesmo tempo reconhecem que encontram dificuldades para atuar como professor em artes específicas. Talvez por deterem um conhecimento da área apenas parcial.

Os proponentes de arte na escola são vários. Mas, a efetiva prática em dança na escola do Instituto de Educação está sendo dada por estagiários em processo de formação acadêmica, onde esses procuram levar uma gama de práticas que divirtam as crianças em sua ludicidade ao tempo que construam relações corporais.

4.1.SUJEITOS COLABORADORES E SUAS EXPERIÊNCIAS: ANÁLISES DOS RELATOS

Nesta pesquisa, optei por incluir sujeitos colaboradores para que estes pudessem contribuir a partir de suas experiências com a dança na Escola de Educação Infantil, do Instituto de Educação General Flores da Cunha. Segundo Godoy (1995, p.63): "Quando um pesquisador de orientação qualitativa planeja desenvolver algum tipo de teoria sobre o que está estudando, constrói o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina".

Para Neves (2008, p 20), a análise é: “[...] a decomposição dos vários níveis de pensamento que constituam sentido. Analisar é examinar parte por parte de um todo”. Logo, a análise em questão se estabelece com intuito se enriquecer o referencial bibliográfico. Ressalta-se (p.13) ainda no contexto de análise que: “[...] não é possível trabalhar com todo o universo a ser estudado, o que torna-se necessário determinar a amostra a partir da qual serão tiradas as conclusões”. Por isso, selecionei os sujeitos colaboradores de acordo com a proximidade ao estágio vivenciado, pelos acadêmicos do curso de dança, no segundo semestre de 2014.

Com isso, conto com a contribuição dos seguintes agentes educacionais: à vice diretora, Tânia Iolanda Dias Barbosa, atuante no Instituto de Educação, na Escolas de Educação Infantil, no período informado. E conto com o relato das acadêmicas (Ananda Denardi Fernandes, Caroline Rodrigues Bomfim ao qual também me incluo) do curso de licenciatura em dança/UFRGS, que promoveram aulas de dança em práticas pedagógicas compartilhadas.

Ao processo de análise e interpretação de dados, constitui-se este conteúdo em análise, gerenciados com bases nas narrativas e percepções individuais de cada participante educacional (TRONCHIN e TSUNECHIRO, 2005). Me disponho a refletir sobre pontos que venham a dialogar com a pesquisa proposta. O que também me faz considerar que os relatos terão interpretações semelhante, diferentes e/ou confusas (frases sem significação coerente). Dessa maneira, Neves (2008, p.21), define que: “ A interpretação encontra-se intimamente vinculada ao ponto de vista, que varia segundo variam os interesses e os contextos formativos, culturais[...]. Com isso, um determinado texto pode produzir uma multiplicidade de interpretações”.

A leitura dos relatos, teve a finalidade “interpretar” a partir da “experiência do sujeito”, na Escola de Educação Infantil, do Instituto de Educação em relação a teorias e práticas do campo de ensino. Os temas propostos aos sujeitos através de um questionário, visavam meios norteadores para a discussão prevista neste trabalho. Conforme, Neves (2008, p.21): “ A compreensão das partes constituintes de um texto é o primeiro passo rumo à desmontagem dos seus vários planos expressivos e dos diversos elementos que o compõem”.

Sob belas palavras, as autoras, nos dizem que a leitura minuciosa tem como finalidade captar a presença dos aspectos significativos contidos nas falas dos colaboradores. E que para isso a função do pesquisador é extrair categorias de análise do estudo proposto aos investigados (TRONCHIN e TSUNECHIRO, 2005).

Nas análises, procuro significados relevantes a partir da experiência com dança/arte na escola dos sujeitos colaboradores. Com o intuito de revelar as características essenciais, foco a análise em três subdivisões, destas incluo pontos relevantes retirados dos relatos individuais sobre legislação, trabalhos artísticos na Escola de Educação Infantil e a formação e atuação de professores e estagiários no Instituto de Educação General Flores da Cunha.

Atribuo como critério de análise a interpretação que os colaboradores tiveram, dando importância/relevância as interpretações pessoais de acesso vivido, que para o autor supracitado anteriormente (Neves 2008), seria a busca ou a reintegração das partes do todo. Nesse sentido, a captura de dará a examinar as experiências “percebidas” pelos participantes desta pesquisa. Com tudo direciono nos tópicos a seguir, relações entre os relatos e as temáticas propostas.

A partir na análise dos relatos, percorro pontos que considero importantes, trazidos pelos sujeitos colaboradores da pesquisa, em análise, correlacionando aos temas propostos por mim, como eixos. Com isso, esta análise foi aplicada apenas à vice-diretora da Escola de Educação Infantil e às Estagiárias de nível superior do Curso de Licenciatura em Dança da UFRGS.

4.1.1 Legislação para a Educação Infantil: Em diálogo com a arte da dança

O dialogo proposto no primeiro tema, entre a legislação (vigente), arte e dança, parte da lacuna vista pela contextualização abordada neste trabalho. Lá observa-se que há obrigatoriedade vista ao ensino das artes para educação infantil. No entanto,

não há especificado de que maneira deverá ser dado (a considerar as quatro linguagens das artes) e muito menos menciona a atuação de profissionais, sendo esses com habilitações específicas ou não para o ensino das artes, na escola. Mas, o que entra em conflito é o que está sendo dado e de que forma “prática” este ensino das artes para a criança. Há conteúdos atribuídos ao ensino das artes na escola? A temática proposta, fez com que ambos sujeitos refletissem sobre as conexões que propõem a legislação da teoria à prática de ensino.

Nos relatos, surgem as seguintes contribuições: Barbosa (2015, p1), relaciona citações dos RCNEI e do PCN, destaca dentre outras coisas que:

Como atividade lúdica a dança [...] contribui também para o desenvolvimento da criança no que se refere à consciência e à construção de sua imagem corporal, aspectos que são fundamentais para o seu crescimento individual e sua consciência social.

BITTENCOURT (2015, p.06), aborda de várias formas as contribuições e/ou a falta dessas para a área do reconhecimento de dança na escola. Enfatiza que:

Existe vias legais, vigentes, que asseguram o direito da criança ao ensino de artes na educação básica. No entanto, para a educação infantil a arte deve ser dada como meios norteadores a criação. Não especifica à legislação, que nesse período inicial é essencial que a disposição corporal da criança seja trabalhada por profissionais que tenham conhecimento específico. [...] A Legislação ainda tem muito a contribuir com o ensino das artes na escola. Esta já evoluiu do ponto de vista sistemático, mas ainda não visualiza a obrigatoriedade do ensino das artes por um profissional com habilitação específica para o ensino das artes na escola.

BOMFIM (2015, p.01), de forma sucinta e breve, no diz que:

[...] as legislações, por mais que possuam o intuito de reger o aprendizado na escola, não fazem isso de maneira clara, para diferenciar principalmente qual o papel da dança dentro da escola nos anos iniciais [...].

FERNANDES (2015, p.01), contribui quando destaca que:

A legislação que embasa a introdução da dança como linguagem artística na educação infantil especificamente, ainda

carece de instrumentalização teórica para que, na prática, possamos ser respeitados e introduzidos como docentes competentes e preparados para trabalhar todos os conteúdos que envolvem se entrelaçam com a dança enquanto arte na escola.

Na análise dos relatos:

- Ambas colaboradoras conseguiram achar um viés (lacuna), na legislação, junto ao parecer crítico visto ao campo prático de atuação. Apontando pontos positivos e negativos ao meio legal vigente.

4.2.1. Dança na Escola: Reflexo do Trabalho Artístico e Corporal

A perceptiva dessa abordagem, foi tentar abordar o reflexo que a dança poderia estar propondo no espaço escolar. E que forma ocorre a visibilidade dos trabalhos realizados pelos estagiários e professores que trabalham com a dança na escola a partir do contexto artístico corporal nas crianças, do Instituto de Educação General Flores da Cunha.

Logo, incluir ao questionário a reflexão sobre a dança na escola como trabalho artístico e corporal, vem ao encontro do estudo proposto em incluir a dança como área de conhecimento específico. Visto através da revisão de literatura que a dança está incluída às quatro linguagens que teoricamente deverão fazer parte da educação básica da criança. Com isso, entende-se que há a percepção “legal” de que no ensino das artes na escola, deverá ter em sua especificidade o ensino da Dança.

O reflexo artístico e corporal consequentemente insere-se ao ambiente lúdico proposto ao ensino infantil. O que questiono é se está havendo a inclusão da dança por outros profissionais, não habilitados. E se esses conseguem propor práticas criadoras, envolventes que possibilitem a melhora de disposição corporal da criança. Se estes profissionais se consideram aptos para ministrar aulas, que insiram conteúdos de composição coreográfica a partir da criação dos alunos.

E ainda incluo como análise aos relatórios a questão que considero uma das mais importantes para educação infantil. Todavia, será que a dança como campo de ensino específico faz algum diferencial no desenvolvimento corporal, psíquico e social das crianças? Estas questões, partem da minha intenção enquanto pesquisado, em saber sobre os aspectos positivos e negativos entre dança, escola e

reflexo do conhecimento específico em determinada área. Dessa maneira, houve as seguintes contribuições:

Segundo BARBOSA (2015, p.1):

Com as aulas específicas de dança conseguimos ver que ela (criança) se diferencia sendo inovadora enquanto prática em nossa escola. [...] Ao observarmos nossas crianças, percebemos a necessidade de se trabalhar a autoestima, os valores humanos e o respeito ao corpo, o movimento a diversão. E isso tem ocorrido nas aulas de dança, através dos estagiários (as).

Segundo BITTENCOURT (2015, p.06-07):

O trabalho artístico para as crianças, através da dança na escola. Vejo que há um ganho colaborativo não só a Instituição envolvida. Ao meu ver há uma ampla contribuição, pois o acadêmico percebe novas formas e resultados as práticas propostas. Este de insere no mundo mágico e faz com que as crianças criem e recriem novas formas de movimento. A dança e a sua representatividade são vistas na prática. A alegria das crianças e o envolvimento da proposta é o que torna o trabalho coreográfico algo tão atrativa ao ambiente educacional. [...] O dançar, cantar, desenhar e representar precisa ser inserido de alguma forma na rotina escolar da criança. Esta precisa exercitar seu desenvolvimento cognitivo através no ensino das artes. [...] No Instituto, tivemos um momento de mostras coreográficas em todas as turmas, disponibilizadas para as intervenções pedagógicas dos estagiários em dança. A alegria e magia contaminava a todos no dia das apresentações. O figurino e a caracterização das crianças abrilhantaram o tralhado proposto pelos estagiários.

Segundo BOMFIM (2015, p.01):

Quanto aos trabalhos artísticos, percebemos que são muito bem aceitos pelas crianças, a partir do momento que essa fantasia se relaciona com a dela. Acredito que a dança pode ainda evoluir muito como um conteúdo obrigatório dentro das escolas. Mas esperamos que ela mantenha sua essência que é produzir uma experiência sensível nos alunos, assim como nas crianças.

Segundo FERNADES (2015, p.01):

O trabalho artístico é elemento fundamental na disciplina de dança na educação infantil. Além de contemplar elementos lúdicos essenciais para o ensino-aprendizagem nessa faixa etária, colabora para o desenvolvimento da criatividade, espontaneidade, imaginação, organização, respeito e colaboração.

Na análise dos relatos:

- Ambas colaboradoras conseguiram achar e relatar a importância do aspecto artístico, em reflexo, quando inseridas no espaço escola.
- Do ponto de vista artístico ambos os sujeitos, consideram a dança é contributiva ao espaço escolar.
- Em relação ao reflexo, os sujeitos observaram de diferentes ângulos (criança, instituição, estagiários e no próprio contexto coreográfico) como algo significativo e fundamental na o ensino infantil.

4.3.1 Legitimidade Profissional: Formação-Atuação de Professores/Estagiários

Esta questão foi pensada a problematizar o termo legitimação, atribuída ao ensino e habilitação de estagiários e profissionais que atuaram (junto as propostas em dança) no campo prático de ensino, na escola de educação infantil. A fim de discutir a experiência que os colaboradores tiveram durante as realizações de estágios em dança no Instituto de Educação. Com isso, resolvi dividir esta análise de acordo com os tópicos em propostos para reflexão, segue as contribuições sobre:

A legitimidade Profissional:

Para BARBOSA (2015, p.1):

[...] a aula de dança não é muito comum, pois se mistura em aulas de educação física e seu conceito e desenvolvimento se perde. Com as aulas específicas de dança conseguimos ver que ela se diferencia sendo inovadora enquanto prática em nossa escola. Enfatizamos aqui seu aspecto pedagógicos, considerando os benefícios no desenvolvimento infantil e sua inserção na educação infantil.

BITTENCOURT (2015, p.06-09) nos diz que:

[...] a formação de licenciatura em dança vem a contribuir com o ensino das artes na escola, por profissionais qualificados e com olhar voltado ao conhecimento específico. [...] O que de certa forma me decepciona, é que nós futuros licenciados em dança, não estamos inseridos na escola pública de forma efetiva a legitimar o nosso trabalho, como algo a contribuir e impulsionar desenvolvimento corporal da criança.

BOMFIM (2015, p.01) acredita que:

[...] relação que se instituiu no decorrer do estágio escolar que a Dança ainda está encontrando um espaço dentro da educação escolar institucionalizada.

FERNANDES (2015, p.01) percebe que:

[...] ainda carece de instrumentalização teórica para que, na prática, possamos ser respeitados e introduzidos como docentes competentes e preparados para trabalhar todos os conteúdos que envolvem se entrelaçam com a dança enquanto arte na escola.

Na análise dos relatos:

- Os sujeitos colaboradores conseguiram refletir a pontos expressamente contributivos para esta pesquisa.
- Visto que há uma dificuldade de atuação, pois não é visto que a dança tenha conquistado um espaço para se inserir ao meio escolar.
- À dança quando inseria no contexto das aulas das crianças, acaba por competir com outros educadores habilitados em outras áreas do conhecimento.
- Considera-se que a dança contribui, trabalha e beneficia o desenvolvimento infantil. Assim, entende-se que está ao se inserir ao ensino infantil iria complementar o desenvolvimento educacional das crianças.

Formação Profissional:

BARBOSA (2015, p.02) direciona seu pensar quando enfatiza que:

[...] queremos reiterar que, acreditamos em um trabalho consciente e integrado, onde profissionais habilitados colaboram com suas práticas.

BITTENCOURT (2015, p.01-04-09) acredita que:

[...] há ganho na inserção do profissional formado em dança, na escola. Por este ter em suas habilitações saberes correspondentes a prática educativa corporal, que para as crianças torna-se relevante, por estas estarem em processo de desenvolvimento e descobrimento do próprio corpo.

O suporte pedagógico durante o Estágio, foi importante pois estes sempre se prontificaram em ajudar e/ou solicitar algo para um melhor andamento da realização das práticas de Dança na escola. [...] na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [...]. Passei a observar o espaço acadêmico em suas especificidades enquanto campo prático de ensino e aprendizagem, o qual à Universidade nos possibilitou vivenciar.

BOMFIM (2015, p. 01) ressalta que:

É papel da formadora de professores de dança, a universidade, ajudar seu aluno a produzir esta experiência.

FERNANDES (2015, p.01) destaca:

A formação na universidade [...] possibilitou uma vivência plena do estágio em seu fundamental objetivo.

Na análise dos relatos:

- Duas das colaboradoras acreditam (expressam de forma clara) que há ganhos contributivos na inserção de profissionais habilitados.
- Três das colaboradoras acreditam que a Universidade assume um papel formador o qual possibilita que o aluno/estagiário passe por diferentes vivências.
- No entanto, fica nítido na fala de uma colaboradora que o auxílio e apoio da Instituição envolvida foi importante para a efetiva realização do estágio.

- E ainda, em destaque que a representante do Instituto, na Escola de Educação Infantil, acredita no trabalho desenvolvido pelos estagiários/profissionais habilitados em dança a partir da visão colaborativa de suas práticas.

Atuação Profissional: Professores e Estagiários

Na visão de BARBOSA (2015, p.01-03):

Os estagiários (as) dedicam alguns dias para que possam exercitarem sua prática em nossa escola. O êxito no trabalho tem sido grande, pois as crianças os esperam com alegria, pois mais uma aula, mais uma surpresa em vista.

São ministradas aulas durante dois dias por semana, onde é utilizado a ludicidade como instrumento pedagógico. As atividades constituem momentos de aprendizagem, possibilitando às crianças um desenvolvimento motor, interação social, noções espaciais e temporais. Através das aulas de dança, percebemos que este ensino promove uma maior socialização entre os alunos, entre os alunos e os professores/estagiários, além de ser uma das formas das crianças liberarem suas energias, se expressarem pelo corpo, explorarem sua criatividade. [...] Vimos que a aula de dança não é muito comum, pois se mistura em aulas de educação física e seu conceito e desenvolvimento se perde. [...] Salientamos que durante o ano letivo muitas atividades são desenvolvidas com as crianças que envolvem movimento, música, artes visuais [...] mas com relação a dança, percebemos a necessidade de profissionais habilitados para tanto.

Conforme BITTENCOURT (2015, p.07-09):

Os estágios são a porta de entrada para a prática docente, neste ponto observo que o papel da Universidade se legitima enquanto Instituição formadora de ensino. A prática docente realizada por estagiários, tende a contribuir para formação de vivências acumuladas a um repertório de aprendizagens. [...] A atuação do estagiário no Instituto, é algo a ser cada vez mais incluído devido a sua efetividade nas propostas de ensino. Cada um atua conforme suas perspectivas e objetivos, o que caracteriza a identidade docente no espaço infantil. Os professores titulares tentam trabalhar a ludicidade com a crianças, de várias formas. Mas poucos são os profissionais que conseguem executar práticas corporais devidamente pensadas para melhora de disposição corporal das crianças. [...] Em relação a formação e a atuação de profissionais

estagiários, percebo que há conflitos na atuação e na legitimidade daqueles que ensinam determinada especificidade de conhecimento. Penso que para meios norteadores já contamos com ferramentas pedagógicas que auxiliam na realização de práticas voltadas para educação infantil, onde possibilita que seja trabalhado qualquer conteúdo em aula, em especial, até mesmo o ensino das artes.

BOMFIM (2015, p. 01) lembra que:

Em muitos momentos durante o estágio de Educação infantil, percebíamos que estávamos realizando atividades que o professor de educação física também poderia realizar e por muitas vezes já as executava diretamente. Consigo perceber que por mais que os meios sejam os mesmos o objetivo final é diferente, mas ainda sim acredito que seria possível um melhor esclarecimento dos objetivos da dança dentro do ensino infantil, e que essa importância chegasse principalmente aos pais, para que houvesse menos discriminação desta arte por eles.

FERNADES (2015, p.01) brevemente destaca que o estágio:

Possibilitou uma vivência plena [...] em seu fundamental objetivo.

Na análise dos relatos:

- Na atuação profissional de estagiários percebe-se que já há uma perceptiva e receptividades pelas crianças.
- As práticas em dança aparecem meio facilitadores para a sociabilidade entre corpos dançantes e corpos atuantes do espaço escolar.
- Observa-se que há conteúdos e abordagens específicas relacionados a dança na escola.
- Visto por três colaboradoras que a dança entra perde sua autenticidade/legitimidade quando ministrado por outros profissionais de áreas relacionais.
- Ao olhar da representante do Instituto, percebe-se a necessidade de profissionais habilitados para a realização das práticas de dança na escola. Pois

segundo Bittencourt, poucos são os profissionais que conseguem propor a sistemática para uma aula de dança na escola, sem possuir tal conhecimento.

- Logo a universidade se legitima como instituição formadora de ensino, por propiciar que os acadêmicos/ estagiários, estágios curriculares como meios diretos à prática docente em espaços escolares.
- É visto ainda que os estagiários estão mostrando que sua formação é reflexo do maravilhoso trabalho que tem desenvolvido com as turmas de educação infantil, em prol de melhor desenvolvimento corporal da criança.

Sob análise geral dos dados inserido do relato de experiência dos colaboradores, pode-se chegar à seguinte conclusão (parcial) desta pesquisa.

Penso que legitimar a área específica atribuída aos profissionais de dança, talvez tenha que ser feita constantemente, pois seremos lembrados se assim quisermos ser! Atuar no campo de ensino, é visto por mim como a eterna busca que por si só nos legitima, enquanto profissionais. Percebo que a dança ajuda-nos a viver melhor, por isso que insiro está arte na minha vida! Pois sei que em qualquer lugar sempre irá contagiar não só a mim, mas a outras pessoas.

Enquanto profissional (futura licenciada) em dança, percebo que tenho muito a contribuir com universo infantil, acredito que a bagagem que trago diferencia a apropriação e a disposição de movimentos, das crianças, nos primeiros anos de vida.

E assim como todos os relatos em destaque, interpreto que há a cada semestre uma maior receptividade do Instituto, para com acadêmicos da UFRGS. A dança faz parte da vida da criança e vice versa. Porque não potencializar corporalmente o corpo da criança, através de prática com viés colaborativo ao desenvolvimento corporal da criança. Penso, discuto e analiso por acreditar que o trabalho físico, motor e artístico terá ganhos visíveis se potencializados, estimulados e inseridos aos primeiros anos de vida, onde a criança ainda está em processo de reconhecimento de habilidades motora, psíquicas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal narrar e problematizar a experiência que tive no segundo semestre de 2014, na turma rosa de Educação Infantil, do Instituto de Educação General Flores da Cunha. A discussão da dança na escola, neste trabalho, partiu de uma vivência de estágio obrigatório do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS.

Essa intensa pesquisa, fez com que me direcionasse a uma rotina de estudos, onde a organização torna-se necessária. Para isso, uma das tarefas planejadas para arquitetar este trabalho, foi selecionar matérias que pudessem ampliar, dentro da temática proposta, possibilidades de escrita, reflexão e que pudesse enriquecer os tópicos apresentados. Com isso, a pesquisa contou com a leitura de livros, artigos e alguns relatos docentes, em busca de apropriação ao tema abordado. Dentre todos os referenciais lidos, acredito que alguns deverão servir de livro de cabeceira (como diz nossa querida professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Luciana Paludo).

Creio que a metodologia escolhida, de caráter qualitativo em forma de narrativa, contribuiu com o processo de escrita a partir das vivências pessoais relatadas aqui pelos agentes de educação, os quais foram convidados a fazerem parte desta pesquisa.

Com intuito de discutir a legitimidade da dança na escola de educação infantil, procurei meios norteadores a direcionar esta pesquisa para o que eu realmente pudesse passar aos leitores: o sentimento ao processo de ensino em dança na escola de educação infantil. Sentimento inspirador que motivou a concluir esta pesquisa, e o sentimento ainda triste de perceber que o ensino das artes na escola, ainda que tenha reconhecimento legal. Em sua obrigatoriedade ainda se faz tão pouco presente de forma efetiva nas escolas. Percebe-se com a pesquisa que para o Ensino Infantil há muitos vieses não detalhados.

As pesquisas voltadas a legislação fizeram com que eu ganhasse mais profundidade a LDB/96, assim como a leis que visam a educação, e ensino das artes e a educação infantil no espaço educacional de ensino. Em nenhum momento de todos os referenciais citados, a LDB/96 amplia o atendimento à educação infantil por profissionais com qualificação específica.

Entende-se que a LDB/96 vem a incluir, de forma simplificada, a educação infantil junto a educação básica, mas nesta não há nem a obrigatoriedade de matrícula para 3 a 4 anos e sim de quatro em diante (contado com período de adaptação para efetiva matrícula regular).

Interessante que alunos menores de 4 anos não entram na obrigatoriedade incluída a educação básica. No entanto, os alunos da turma rosa tinham entre 3 e 4 anos. Ou seja, se é colocado alunos de diferentes exigências educacionais na educação infantil, também seria interessante reconhecer esses alunos com idades inferiores a proposta, para que estes também tenham acesso as aulas com professores com habilitações específicas?! Penso neste questionamento porque os alunos com 3 anos acompanharam as aulas de dança de forma satisfatória, assim como os demais (4 anos de idade). Vejo que este ponto, na realidade de ensino até mesmo do Instituto de Educação, fica meio confuso de entender. Logo, a complementar a legislação vigente, incluo concepções sobre perspectiva do ensino das artes na escola citando referenciais. Eles formulam e reformulam os pensar no campo de ensino educacional.

Como visto na legislação apresentada, o ensino das artes na escola tem sido cada vez mais problematizado e isso tem acarretado mudanças importantes nas vias legais. Do ponto de vista de nível superior, a universidade tem tido um papel relevante em disseminar as políticas públicas das artes na escola e suas transformações.

A abordagem realizada sobre arte/dança como campo de conhecimento específico, fez ressaltar que tanto a arte quanto a dança são vistas por diferentes autores como áreas importantes e contributivas ao desenvolvimento da criança. Também ficou claro, do ponto de vista de vários autores, que a dança na escola tem sua potencialidade ao ensino e aprendizagem da criança, por trabalhar diferentes partes do corpo de forma expressiva. Ela acaba por trabalhar além disso, aspectos físicos, psicológicos e sociais da criança.

O entendimento de arte e a importância de atividades criadoras e lúdicas, faz jus a sua competência, por possibilitar através da dança, que a criança possa ter liberdades de expressão. Sobre a ludicidade se constatou que a dança e a brincadeira se relacionam através da ludicidade e que está se faz presente no planejamento dos estagiários da UFRGS.

Ao problematizar a formação em dança, como trabalho artístico e corporal, visualizo o campo de ensino prático nos referenciais que irão favorecer o ensino das artes, na educação infantil, através de suas linguagens e especificidades.

A coleta de dados foi realizada virtualmente, onde somente uma professora não participou. Então dos cinco relatos, restaram apenas quatro a serem incluídos na análise de dados. Dos relatos recebidos de forma nítida pude constatar que, sobre a legislação, ambas colaboradoras mostraram posicionamento crítico e relevante ao ensino das artes/dança da escola. As quatro colaboradoras conseguiram enfatizar a potencialidade da dança quando inserida na escola.

Do ponto de vista artístico ambos os sujeitos, consideram a dança é contributiva ao espaço escolar. O reflexo foi visto por diferentes ângulos (criança, instituição, estagiários e no próprio contexto coreográfico) como algo significativo e fundamental na o ensino infantil.

E ao ponto de vista da atuação e formação de professores e/ou estagiários. A vice-diretora da escola (BARBOSA) e três estagiárias (BITTENCOURT, BOMFIM e FERNADES) do Curso de Dança/UFRGS mostraram-se a favor de legitimar a dança como campo de conhecimento específico o qual necessita da atuação de profissionais em com habilitação específica. Também é visto que há uma dificuldade de atuação, pois não é visto que a dança tenha conquistado um espaço para se inserir ao meio escolar. Esta quando inserida acaba por competir com outros educadores habilitados em outras áreas do conhecimento. E por fim, considera-se que a dança contribui, trabalha e beneficia o desenvolvimento infantil. Logo ao se inserir ao ensino infantil iria complementar o desenvolvimento educacional das crianças.

Sendo assim, os resultados da pesquisa apontam que a prática compartilhada nos estágios é uma importante ferramenta na formação acadêmica por possibilitar, meios profissionais contributivos ao angulo que se observa, através da análise dos relatos e das vivências práticas no campo de ensino. Acredito que no momento que se observa, auxilia e/ou avalia troca-se experiência. E também por propiciar aprendizagem aos meios práticos de atuação.

Percebe-se que desde o estágio até a presente pesquisa. Tudo isso, é potencializado pelo apoio da equipe da escola. Por esta aceitar colaborar com a

pesquisa e por se importar com a atuação dos estagiários no espaço escolar da educação infantil.

Além disso, essa pesquisa ressalta-se a contribuição da dança na disposição corporal dos alunos da educação infantil e isso parece ficar enfatizado com a atuação dos estagiários que tem uma preparação e formação específica em dança, de acordo com a contribuição vinda da representante do Instituto de Estágio. Com isso, destaco a importância do estágio no percurso da formação acadêmica universitária e a legitimidade da dança na educação infantil. A partir do relato de experiência no Instituto, destaco a contribuição da Professora Tânia, pois está nos diz o seguinte:

[...] relação à importância das aulas de dança na educação infantil do Instituto de educação, queremos reiterar que, acreditamos em um trabalho consciente e integrado, onde profissionais habilitados colaboram com suas práticas. Vimos que a dança constitui uma atividade importante, dentre outras, que visa a formação de pessoas atuantes, conscientes, felizes, que inicia na educação infantil e que segue por toda sua formação (BARBOSA, 2015, p.01).

Logo entende-se que pelos olhos da representante da Escola de Educação Infantil, do Instituto de Educação General Flores da Cunha. A dança é vista como campo de conhecimento específico e merece tal reconhecimento e, ainda percebe que é necessário que a dança seja inserida ao ambiente educacional de ensino não só com estagiários universitários, mas também com profissionais licenciados.

Por fim, concluo a partir de três percepções. A primeira é do ponto de pesquisadora versus agente colaboradora. Nesse ponto acredito que essa pesquisa realmente potencializou a minha vontade de continuar a ser pesquisadora e agente colaboradora de ensino específico de dança. Ainda com desejo profundo em atuar como profissional de dança com possibilidade a coordenar e ou/ gerenciar espaços para educação e/ou que objetivem o ensino de artes para as crianças. Em segundo, percebo que a presente pesquisa contribuiu assim como ampliou o meu campo de visão, com relação a todos os temas propostos e que foram construídos com intensa dedicação desde as primeiras páginas até está presente conclusão.

E por último, acredito que em relação a temática proposta, sinto-me orgulhosa, pois além de ser uma temática colaborativa à Universidade, também será para pesquisadores, estagiário, licenciados em dança assim como outros que irão se

interessar. A escolha pela educação infantil faz com que eu visualize um ensino defasado em nosso cenário atual de educação.

Mesmo depois desta pesquisa, percebo que não posso legitimar a dança para educação infantil, mas posso a partir do Instituto verificar que o reconhecimento profissional talvez seja visto por poucos. Mas para os sujeitos colaboradores que tiveram contato com a dança na escola, perceberam que a dança tem sua autenticidade por si só, que ao meu ver já a legitima.

No entanto, o processo de legitimação é uma luta constante desde a universidade até a prática de ensino. É preciso que lutemos diariamente, pois temos criatividade, persistência e qualificação para que a dança ganhe sua legitimidade não só no contexto escolas, mas também pela sociedade.

REFERENCIAIS

BARBOSA, Tânia Iolanda Dias Barbosa. **Questionário Contributivo à Docência Compartilhada**. 2015.

BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie. **A formação do professor de arte: do ensaio... à encenação**. Papirus Editora, 1999.

BITTENCOURT, Suelen Martins. **Questionário Contributivo à Docência Compartilhada**. 2015

BOMFIM, Caroline Rodrigues. **Questionário Contributivo à Docência Compartilhada**. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.562p. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE/Portal**. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE/Portal**. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acessado em: 14 nov. 2015

BRASIL. **Lei nº 13.010, Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério

da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministério da Cultura-Portal**. 2015. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação- PNE/Portal**. 2015. Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne> >. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica- Portal**. 2015. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/apresentacao> >. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação-Portal**. 2015. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/institucional/historia> >. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº: 280/2007. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, bacharelado e licenciatura. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces280_07.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Resolução nº 5. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2009. Disponível em: < http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf> >. Acessado em: 14 nov. 2015.

BRITO, Antonia Edna. **Fundamentos Teóricos-Metodológico da Pesquisa II**/ Antonia Edna Brito - UFPI/UAPI 2009. 91p.

CAMARGO, Daiana; MADRID, FINCK Silvia Chistina. **A dança inserida no contexto educacional e sua contribuição para o desenvolvimento infantil**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação, Campo Grande, v. 32, n. 32, p. 62-74, 2010.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de pesquisa, v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0536127.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

COLETO, Daniela Cristina. **A importância da arte para a formação da criança**. Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 3, p. 137-152, 2010.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da, et al. **As artes no universo infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012. 272 p..

DANTAS, Mônica Fagundes. **Corpos antropofágicos em Liquidação Total**. 2011.

DE FREITAS, Aline Amaral; JAURRETCHE, Julieta. **A importância dos estágios na formação docente em artes**. Revista de Divulgação Interdisciplinar, v. 1, n. 01, 2013. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/redivi/article/view/5077>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

DE LIMA, Batista. **A arte de escrever**. 2009. Disponível em: <http://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/revistas/2009/ACL_2009_09_A_Arte_de_Escrever_Jose_Batista_de_Lima.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2015.

DE SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. EDIPUCRS, 2006. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de pesquisa, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

FEIST, Hildegard. **Pequena viagem pelo mundo da arte – 2. Ed.**- São Paulo: Moderna, 2003.

FERNADES, Ananda Denardi. **Questionário Contributivo à Docência Compartilhada**. 2015.

FERRARI, G. B. **Por que dança na escola**. 2005. Disponível em: <http://www.arte.seed.pr.gov.br/arquivos/File/textos/porque_danca_na_escola.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. **Possibilidades, qualitativa e suas. Introdução à pesquisa**. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola**. Motriz, v. 3, n. 1, p. 20-28, 1997. Disponível em: <[file:///c:/users/trabalho/downloads/dancando+na+escola%20\(1\).pdf](file:///c:/users/trabalho/downloads/dancando+na+escola%20(1).pdf)>. Acessado em: 14 nov. 2015.

MARQUES, Isabel A. **Interações: crianças, dança e escola**. São Paulo: Blucher, 2012. 161 p..

MORAES, Sumaya Mattar. **Memória e reflexão: A biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte**. XVIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas–Anpap, 2009. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/ceav/sumaya_mattar_moraes.pdf>. Acessado em: 14 nov.2015.

NANNI, Dionísia. **Dança educação: pré-escola a universidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995. 191 p.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996. Disponível em: <http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2015.

NEVES, Luis Paulo. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2008. Disponível em: http://www.ouxe.com.br/arquivos%20downloads/metodologia_do_trabalho_cientifico_-_Luiz_Paulo_Neves%5B1%5D.pdf, acessado em: 10 de Novembro de 2015.

NÖRNBERG, Marta; CAVA, Patrícia Pereira. **Aprendizagem compartilhada da ação docente**. 2015. Disponível em: < <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT08-4274.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

ROSA, Kelly Rodrigues da. **Docência (s) compartilhada (s): como pensar a docência compartilhada na educação infantil**. 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/55700>>. Acessado em: 15 nov. 2015.

SABINO, Fernando. **Obra reunida** (3 v.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

SCHIAVO, Adriana Aparecida Noronha; RIBÓ, Cristiane Mario Escumilhas. **Estimulando todos os sentidos de 0 a 6 anos**. 2007.

SMITH, Peter. O brincar e os usos do brincar. In: Moles, Janet e Col. **A excelência do brincar**. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 25-38.

TRADA, Débora Sicupira Aruá; VIOL, Rosimar; ORTOLAN, Sabrina Mendes; MAÇANEIRO, Sheila Mara. **Linguagem da Dança**. Curitiba: Ibope, 2009.

TRONCHIN, Dayse Maria Risoto; TSUNECHIRO, Maria Alice. **A experiência de tornarem-se pais de prematuro: um enfoque etnográfico**. Rev. Brás Enferma, v. 58, n. 1, p. 49-54, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n1/a09.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2015.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. **Ordenamento**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd/aluno/matricula>>. Acessado em: 08 nov. 2015.

VARGAS, Lisete Arnizaut Machado de. **Escola em dança: movimento, expressão e arte**. Porto Alegre: Mediação, 2007. 87

ANEXO A-F – Termos de Consentimento Informado aos Colaboradores

ANEXO A

(Ao Instituto General Flores da Cunha)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

A partir da minha inserção, como estagiária em dança em uma das turmas de Educação Infantil do Instituto no Educação General Flores da Cunha, pude desenvolver um trabalho (relatório de final de estágio) voltado a refletir sobre as práticas pedagógicas realizadas na Turma Rosa, durante o segundo semestre de 2014. Após o período de estágio, percebi que a vivência adquirida estava me incentivando a outros meios norteadores de pesquisa. Com isso, optei no meu Trabalho de Conclusão de Curso em problematizar essa experiência.

O proposto trabalho, portanto, tem com intuito investigar a visão da escola a partir de seus agentes, em diálogo com o objetivo do meu TCC que consiste em narrar e problematizar uma experiência de estágio de dança na educação infantil realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no segundo semestre de 2014.

Sendo assim, venho através deste termo solicitar a autorização para que eu possa utilizar o nome do Instituto (Instituto de Educação General Flores da Cunha), no meu Trabalho de Conclusão de Curso. E que eu também possa incluir nos meus relatos a identificação da turma em que tive a oportunidade de estagiar (Turma Rosa).

Ao obter sua resposta, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho, nunca expondo a Instituição e os sujeitos da pesquisa a qualquer situação que possa haver qualquer tipo de desrespeito ou exposição. Dito isso, os dados e resultados desta pesquisa:

- mantém a identidade preservada do Instituto de Educação General Flores da Cunha.
 utiliza a identidade do Instituto de Educação General Flores da Cunha, dentro dos preceitos éticos.
 mantém a identidade preservada da Turma onde foi desenvolvido do Estágio.
 utiliza a identidade da Turma onde foi desenvolvido do Estágio.

Como pesquisadora responsável por este trabalho me comprometo a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade que eventualmente você venha a ter no momento da pesquisa pelos contatos abaixo.

Eu, Ademar Leão,
R.G sob nº 5049326373, responsabilizo-me pelas autorizações ou não autorizações dadas acima.

Porto Alegre, 19 de bril de 2015.


Assinatura do Participante

Ademar Leão Lette
ID: 2400545/01
Assinatura da Pesquisadora
Suelen Martins Bittencourt
Pesquisadora: Suelen Martins Bittencourt - (Graduanda do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS)
E-mail: Suelenbittencourt@hotmail.com
Contato: (51) 99155900

ANEXO B

(À Vice-Diretora da Escola de Educação Infantil do Instituto de Educação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicito a sua contribuição para o meu Trabalho de Conclusão de Curso respondendo o questionário a seguir. O proposto questionário, tem com intuito investigar a visão da escola a partir de seus agentes, em diálogo com o objetivo do meu TCC que consiste em narrar e problematizar uma experiência de estágio de dança na educação infantil realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no segundo semestre de 2014.

Ao obter suas respostas, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho, nunca expondo os sujeitos da pesquisa a qualquer situação que possa haver qualquer tipo de desrespeito ou exposição. Logo, podes escolher se os dados e resultados desta pesquisa:

mantém a sua identidade preservada como participante.

utiliza a identidade como participante, dentro dos preceitos éticos.

Dito isso, a participação nesta pesquisa não oferece risco aos seus participantes. Se no decorrer da pesquisa, você ou algum participante resolver não mais continuar, tem toda liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Como pesquisadora responsável por este trabalho me comprometo a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade que eventualmente você venha a ter no momento da pesquisa pelos contatos abaixo.

Eu, Tânia Iolanda Dias Barbosa,
R.G sob n^o 303634495-4, autorizo minha participação na pesquisa,
envolvendo a coleta de dados através de questionário, podendo seus resultados serem
publicados conforme opção selecionada acima.

Porto Alegre, 19 de OUTUBRO de 2015.

Tânia Dias Barbosa
Assinatura do Participante

Suelen Martins Bittencourt
Assinatura da Pesquisadora
Suelen Martins Bittencourt

Pesquisadora: Suelen Martins Bittencourt- (Graduanda do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS)
E-mail: suellenbittencourt@hotmail.com
Contato: (51) 99155900

ANEXO C

(Á Estagiária/Dança- UFRGS: Ananda Denardi Fernandes)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicito a sua contribuição para o meu Trabalho de Conclusão de Curso respondendo o questionário a seguir. O proposto questionário, tem com intuito investigar a visão da escola a partir de seus agentes, em diálogo com o objetivo do meu TCC que consiste em narrar e problematizar uma experiência de estágio de dança na educação infantil realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no segundo semestre de 2014.

Ao obter sua resposta, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho, nunca expondo os sujeitos da pesquisa a qualquer situação que possa haver qualquer tipo de desrespeito ou exposição. Logo, podes escolher se seus dados e resultados desta pesquisa:

mantém a sua identidade preservada enquanto sujeito colaborador.

utiliza a sua identidade enquanto sujeito colaborador, dentro dos preceitos éticos.

Dito isso, a participação nesta pesquisa não oferece risco aos seus participantes. Se no decorrer da pesquisa, você ou algum participante resolver não mais continuar, tem toda liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Como pesquisadora responsável por este trabalho me comprometo a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade que eventualmente você venha a ter no momento da pesquisa pelos contatos abaixo.

Eu, Ananda Denardi Fernandes,
R.G sob nº _____, autorizo minha participação na pesquisa,
envolvendo a coleta de dados através de questionário, podendo seus resultados serem
publicados.

Porto Alegre, 15 de novembro de 2015.

Ananda Denardi Fernandes
Assinatura do Participante

Suelen Martins Bittencourt
Assinatura da Pesquisadora
Suelen Martins Bittencourt

Pesquisadora: Suelen Martins Bittencourt- (Graduanda do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS)
E-mail: suellenbittencourt@hotmail.com
Contato: (51) 99155900

ANEXO D

(Á Estagiária/Dança- UFRGS: Caroline Rodrigues Bomfim)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicito a sua contribuição para o meu Trabalho de Conclusão de Curso respondendo o questionário a seguir. O proposto questionário, tem com intuito investigar a visão da escola a partir de seus agentes, em diálogo com o objetivo do meu TCC que consiste em narrar e problematizar uma experiência de estágio de dança na educação infantil realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no segundo semestre de 2014.

Ao obter sua resposta, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho, nunca expondo os sujeitos da pesquisa a qualquer situação que possa haver qualquer tipo de desrespeito ou exposição. Logo, podes escolher se seus dados e resultados desta pesquisa:

mantém a sua identidade preservada enquanto sujeito colaborador.

utiliza a sua identidade enquanto sujeito colaborador, dentro dos preceitos éticos.

Dito isso, a participação nesta pesquisa não oferece risco aos seus participantes. Se no decorrer da pesquisa, você ou algum participante resolver não mais continuar, tem toda liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Como pesquisadora responsável por este trabalho me comprometo a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade que eventualmente você venha a ter no momento da pesquisa pelos contatos abaixo.

Eu, Caroline Rodrigues Bomfim,
R.G sob nº 1087436232, autorizo minha participação na pesquisa,
envolvendo a coleta de dados através de questionário, podendo seus resultados serem
publicados.

Porto Alegre, 19 de novembro de 2015.

Caroline Rodrigues Bomfim
Assinatura do Participante

Suelen Martins Bittencourt
Assinatura da Pesquisadora
Suelen Martins Bittencourt

Pesquisadora: Suelen Martins Bittencourt- (Graduada do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS)
E-mail: suellenbittencourt@hotmail.com
Contato: (51) 99155900

ANEXO E

(Á Estagiária/Dança- UFRGS: Suelen Martins Bittencourt)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicito a sua contribuição para o meu Trabalho de Conclusão de Curso respondendo o questionário a seguir. O proposto questionário, tem com intuito investigar a visão da escola a partir de seus agentes, em diálogo com o objetivo do meu TCC que consiste em narrar e problematizar uma experiência de estágio de dança na educação infantil realizado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, no segundo semestre de 2014.

Ao obter sua resposta, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho, nunca expondo os sujeitos da pesquisa a qualquer situação que possa haver qualquer tipo de desrespeito ou exposição. Logo, podes escolher se seus dados e resultados desta pesquisa:

mantém a sua identidade preservada enquanto sujeito colaborador.


utiliza a sua identidade enquanto sujeito colaborador, dentro dos preceitos éticos.

Dito isso, a participação nesta pesquisa não oferece risco aos seus participantes. Se no decorrer da pesquisa, você ou algum participante resolver não mais continuar, tem toda liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

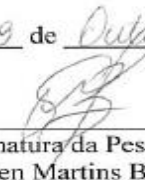
Como pesquisadora responsável por este trabalho me comprometo a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade que eventualmente você venha a ter no momento da pesquisa pelos contatos abaixo.

Eu, Suelen Martins Bittencourt,
R.G sob nº _____, autorizo minha participação na pesquisa,
envolvendo a coleta de dados através de questionário, podendo seus resultados serem
publicados conforme opção selecionada acima.

Porto Alegre, 19 de Outubro de 2015.



Assinatura do Participante



Assinatura da Pesquisadora
Suelen Martins Bittencourt

ANEXO G- J – Questionário: Relato de Experiências dos Sujeitos

ANEXO F

(Á Vice-Diretora da Escola de Educação Infantil do Instituto de Educação)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**QUESTIONÁRIO
(INSTUMENTO DE PESQUISA)**

Colaboradora: Professora Tânia Iolanda Barbosa

AULAS DE DANÇA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/2015

A educação infantil do Instituto de Educação está tendo o privilégio de poder contar com um novo trabalho realizado por alunos da UFRGS do curso de dança. São aulas diferenciadas que alegrem e ensinam as crianças. Os estagiários(as) dedicam alguns dias para que possam exercitarem sua prática em nossa escola. O êxito no trabalho tem sido grande, pois as crianças os esperam com alegria, pois mais uma aula, mais uma surpresa em vista.

Vimos que a aula de dança não é muito comum, pois se mistura em aulas de educação física e seu conceito e desenvolvimento se perde. Com as aulas específicas de dança conseguimos ver que ela se diferencia sendo inovadora enquanto prática em nossa escola. Enfatizamos aqui seu aspecto pedagógicos, considerando os benefícios no desenvolvimento infantil e sua inserção na educação infantil. Ao observarmos nossas crianças, percebemos a necessidade de se trabalhar a autoestima, os valores humanos e o respeito ao corpo, o movimento a diversão. E isso tem ocorrido nas aulas de dança, através dos estagiários(as).

São ministradas aulas durante dois dias por semana, onde é utilizado a ludicidade como instrumento pedagógico. As atividades constituem momentos de aprendizagem, possibilitando às crianças um desenvolvimento motor, interação social, noções espaciais e temporais. Através das aulas de dança, percebemos que este ensino promove uma maior socialização entre os alunos, entre os alunos e os professores/estagiários, além de ser uma das formas das crianças liberarem suas energias, se expressarem pelo corpo, explorarem sua criatividade.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI): O movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio dos gestos e das mímicas faciais interage utilizando fortemente o apoio do corpo. (PCNS, 1998, p.18).

Também, segundo os PCNs (2003), a atividade de dança na escola pode desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, através de um maior entendimento de como seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo expressivamente com maior inteligência, autonomia, responsabilidade, e sensibilidade. A dança é uma forma de integração e expressão tanto individual quanto coletiva, em que o aluno exercita a atenção, a percepção, a colaboração e a solidariedade. A dança é também uma fonte de comunicação e de criação informada nas culturas. Como atividade lúdica a dança permite a experimentação e a criação, no exercício da espontaneidade. Contribui também para o desenvolvimento da criança no que se refere à consciência e à construção de sua imagem corporal, aspectos que são fundamentais para o seu crescimento individual e sua consciência social.

Conforme orientações do Referencial, destacamos alguns objetivos relacionados com as áreas de conhecimento trabalhadas na educação infantil:

MOVIMENTO:

- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação.
- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo.
- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações.
- Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos.
- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

MÚSICA:

- Ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais.
- Brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais.
- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento do mundo.
- Perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais.

ARTES VISUAIS:

- Conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagens, ilustrações, cinema etc.
- Apreciação das suas produções e das dos outros, por meio da observação e leitura de alguns dos elementos da linguagem plástica.
- Observação dos elementos constituintes da linguagem visual: ponto, linha, forma, cor, volume, contrastes, luz, texturas.
- Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos.
- Apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

Nossa intenção, como corpo docente da educação infantil é relatar como é de suma importância as aulas de dança em seus diversos momentos, ou seja, no planejamento, nas parcerias, na execução, organização, avaliação, os diferentes espaços, dentre outros. A ideia é mostrar como a inserção do profissional de dança no ambiente de educação infantil é de fundamental importância.

Salientamos que durante o ano letivo muitas atividades são desenvolvidas com as crianças que envolvem movimento, música, artes visuais (conforme orientações do Referencial Curricular Nacional para a educação infantil, vol. 3), mas com relação a dança, percebemos a necessidade de profissionais habilitados para tanto.

Concluindo esta reflexão com relação à importâncias das aulas de dança na educação infantil do Instituto de educação, queremos reiterar que, acreditamos em um trabalho consciente e integrado, onde profissionais habilitados colaboram com suas práticas. Vimos que a dança constitui uma atividade importante, dentre outras, que visa a formação de pessoas atuantes, conscientes, felizes, que inicia na educação infantil e que segue por toda sua formação.

ANEXO G

(Á Estagiária/Dança- UFRGS: Ananda Denardi Fernandes)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

QUESTIONÁRIO
(INSTUMENTO DE PESQUISA)

NOME: Ananda Denardi Fernandes

PARTICIPANTE COLABORADORA:

- Estagiária (A), da turma Rosa do 2º semestre de 2014, da Escola de Educação Infantil do Instituto de Educação-Porto Alegre/RS.

A partir da experiência dos estágios de dança no Instituto de Educação, nas turmas de educação infantil, gostaria que compartilhasse suas ideias sobre Dança/Arte nos seguintes temas:

- **Legislação**

Acredito pela relação que se instituiu no decorrer do estágio escolar que a Dança ainda está encontrando um espaço dentro da educação escolar institucionalizada. A legislação que embasa a introdução da dança como linguagem artística na educação infantil especificamente, ainda carece de instrumentalização teórica para que, na prática, possamos ser respeitados e introduzidos como docentes competentes e preparados para trabalhar todos os conteúdos que envolvem se entrelaçam com a dança enquanto arte na escola.

- **Trabalho Artístico das Crianças**

O trabalho artístico é elemento fundamental na disciplina de dança na educação infantil. Além de contemplar elementos lúdicos essenciais para o ensino-aprendizagem nessa faixa etária, colabora para o desenvolvimento da criatividade, espontaneidade, imaginação, organização, respeito e colaboração.

- **Formação e Atuação de Professores/Estagiários**

A formação na universidade, especialmente contemplada pelas duas disciplinas ministradas pela Profa. Maria Luiza (Malú), foi motivadora e possibilitou uma vivência plena do estágio em seu fundamental objetivo.

ANEXO H

(Á Estagiária/Dança- UFRGS: Caroline Rodrigues Bomfim)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

QUESTIONÁRIO
(INSTUMENTO DE PESQUISA)

NOME: Caroline Rodrigues Bomfim

PARTICIPANTE COLABORADORA:

- Estagiária (B), da turma Rosa do 2º semestre de 2014, da Escola de Educação Infantil do Instituto de Educação-Porto Alegre/RS.

A partir da experiência dos estágios de dança no Instituto de Educação, nas turmas de **educação infantil**, gostaria que compartilhasse suas ideias sobre **Dança/Arte** nos seguintes temas:

- Legislação
- Trabalho Artístico das Crianças
- Formação e Atuação de Professores/Estagiários

Ao meu ver, as legislações, por mais que possuam o intuito de reger o aprendizado na escola, não fazem isso de maneira clara, para diferenciar principalmente qual o papel da dança dentro da escola nos anos iniciais e qual o papel da Ed. Física. Em muitos momentos durante o estágio de Educação infantil, percebíamos que estávamos realizando atividades que o professor de educação física também poderia realizar e por muitas vezes já as executava diretamente. Consigo perceber que por mais que os meios sejam os mesmos o objetivo final é diferente, mas ainda sim acredito que seria possível um melhor esclarecimento dos objetivos da dança dentro do ensino infantil, e que essa importância chegasse principalmente aos pais, para que houvesse menos discriminação desta arte por eles.

Quanto aos trabalhos artísticos, percebemos que são muito bem aceitos pelas crianças, a partir do momento que essa fantasia se relaciona com a dela.

Acredito que a dança pode ainda evoluir muito como um conteúdo obrigatório dentro das escolas. Mas esperamos que ela mantenha sua essência que é produzir uma experiência sensível nos alunos, assim como nas crianças. É papel da formadora de professores de dança, a universidade, ajudar seu aluno a produzir esta experiência.

ANEXO I

(Á Estagiária/Dança- UFRGS: Suelen Martins Bittencourt)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA-ESEFID
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

QUESTIONÁRIO
(INSTUMENTO DE PESQUISA)

NOME: Suelen Martins Bittencourt

PARTICIPANTE COLABORADORA:

- Estagiária (C), da turma Rosa do 2º semestre de 2014, da Escola de Educação Infantil do Instituto de Educação-Porto Alegre/RS.

A partir da experiência dos estágios de dança no Instituto de Educação, nas turmas de educação infantil, gostaria que compartilhasse suas ideias sobre Dança/Arte nos seguintes temas:

- Legislação
- Trabalho Artístico das Crianças
- Formação e Atuação de Professores/Estagiário

No segundo semestre de 2014, tive a oportunidade de estagiar no Instituto de Educação General Flores da Cunha. Através da receptividade do Instituto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS e seus alunos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Dança. Há alguns anos pude elaborar aulas para a educação infantil, mas nada voltado a comparar a um planejamento programático de um profissional com habilitação específica.

Ao me inserir na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com ingresso no Curso de Dança, no ano de 2011. Passei a observar o espaço acadêmico em suas especificidades enquanto campo prático de ensino e aprendizagem, o qual à Universidade nos possibilitou vivenciar. Neste período, em formação, pude passar por vários processos que contribuíram para o meu amadurecimento pessoal e docente.

Em relação a experiência no Instituto foi possível através do Estágio de Docência em Dança Infantil II de caráter obrigatório, inserido no 4º semestre, do Curso de Licenciatura em Dança. Este estágio é pensado a promover uma continuidade do Estágio de nível I para Educação Infantil onde se é trabalhado conteúdo específicos, em prol de preparar o acadêmico a criar aulas lúdicas e direcionais para os alunos da Educação Infantil.

O trabalho pensado para a Escola de Educação Infantil, do Instituto, foi realizado de forma organizada a possibilitar a realização de práticas pedagógicas pelos alunos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Dança/UFRGS. As práticas foram dadas de forma compartilhada (em trios), onde pudemos definir o tema a ser proposto chamado de eixo gerador. Logo, pensamos em trabalhar o reconhecimento corporal, através de uma singela divisão corporal atribuída a conteúdos que contribuíssem com a melhora do desenvolvimento corporal da criança.

Tínhamos como objetivo trabalhar o reconhecimento corporal a partir da própria percepção. Ao que se refere, a desenvolver métodos perceptivos do próprio corpo, direcionado a sensação corporal sentida e proporcionada pela Dança. Por trago a convicção de que o corpo é algo que dentro do mundo da dança se tem a necessidade de conhecer e experimentar.

Neste processo inicial, após o sorteio de ordenamento, foi nos direcionado a Turma da Sala Rosa para que déssemos as aulas planejadas. O trio passou a ter funções individuais, pois nós tínhamos que aprender a dar aula, observar/auxiliar e avaliar. O que acredito ter sido de grande valia durante as trocas de experiências, pois me proporcionou constante aprendizado. Tínhamos cronograma de aula, reuniões e supervisões. O que me fez amadurecer a ideia de atuação docente em dança. A partir dos feedbacks que tínhamos em nossas reuniões, foi possível entender que temos que ser meio potencializador do movimento, é assustador ao mesmo tempo que necessário.

Logo, com intuito de discorrer a respeito das sensações que tive com as minhas experiências na educação infantil. Desta forma elaboro uma continuidade de

reflexões correntes as práticas pedagógicas, no período de estágio obrigatório, do currículo do Curso de Licenciatura em Dança.

As práticas pedagógicas, me inspiraram a refletir sobre a pesquisa em questão e principalmente sobre o processo de prática de ensino, realizadas no Instituto de Educação. As aulas foram estruturadas de acordo com o cronograma previamente planejado, com: objetivos, expectativas e contribuições, tinham como intuito colaborar com o desenvolvimento corporal da criança. Os planos de aula, forma elaborados pelas professoras que ministrariam a aula, ou seja, tivemos espaços individuais de atuação ao ambiente coletivo de ensino.

O contexto lúdico foi pensado a cada aula levando em consideração o conhecimento adquirido durante o percurso universitário. Junto as experiências que trazemos em nosso repertório acadêmico, a necessidade de se propor algo diferente correlacionado ao objetivo proposto e aos feedbacks de incentivo/ corretivo e motivadores fornecidos pela professora/supervisora.

As aulas, de maneira geral, foram desenvolvidas de forma cautelosa e organizacional, pois os alunos eram pequenos demais, estes tinham a média de idade entre 03 a 04 anos. A turma era participativa, os alunos passavam diariamente por uma rotina educacional, para que pudessem assimilar coisas referenciais necessárias à educação infantil.

Estes alunos mostravam interesse e envolvimento nas propostas. Eram avaliados a cada aula, pelo professor ministrante. A avaliação era através da lista de chamada atribuída ao desenvolvimento daquela criança, em cada aula. Ou seja, o aluno recebia avaliações relacionadas ao seu desempenho e desenvoltura corporal, estratégia de avaliação que deu muito certo, pois tínhamos uma visão compartilhada sobre a melhora de disposição corporal da criança. O que acrescentou positivamente ao meu amadurecimento docente.

Saber que está na mão do professor "o ensinar de forma correta" e/ou significativo ao desenvolvimento corporal da criança, amplia e potencializa a Dança como área de conhecimento específico que influencia no ensino e aprendizado dos alunos da educação infantil.

A cada três aulas, abordávamos um conteúdo específico acima citados, estes eram observados a cada aula e o que levávamos em consideração era se víamos melhoras significativas "evolução" aos movimentos básicos esperados pela faixa etária em questão. Os alunos contribuíram de forma significativa para que este estágio fosse relevante a prática de ensino, na escola.

A Dança na escola é algo que abrilhanta o dia das crianças, tivemos uma grande receptividade dessas e também tivemos a sorte que contar com pessoas queridas e atentas os Estágio dos acadêmicos de Dança na Escola. O apoio pedagógico foi fundamental para que ganhássemos espaço e autonomia para propor práticas lúdicas no ambiente escolar.

As aulas foram práticas por quase todo tempo disponível e delimitado. Ao pensar nas práticas que compartilhei com as minhas colegas, penso que há uma riqueza na troca de experiências vivenciadas de maneira continuar me proporcionando reflexões nos dias atuais. Percebemos que nem tudo que havíamos planejado, conseguíamos executar. Mas, com o tempo vimos que o ensino é uma eterna aprendizagem tanto para o aluno quanto para o professor.

Sento-me feliz ao pensar na prática compartilhada, pois creio que além de ensinar alguma coisa, pude aprender muito com as minhas colegas. Aprendi com os alunos em cada aula através das suas especificidades. De forma lúdica e tranquila, juntas, trabalhamos em prol de adicionar experiências para cada uma de nós (estagiárias).

O suporte pedagógico durante o Estágio, foi importante pois estes sempre se prontificaram em ajudar e/ou solicitar algo para um melhor andamento da realização das práticas de Dança na escola. Durante as aulas víamos (estagiárias) que a coordenação da escola estava encantada com o trabalho dos acadêmicos de Curso de Dança da UFRGS. Tínhamos nesta escola, espaços específicos para ministrarmos nossas aulas. Sendo dois espaços que acolhiam muito bem aula práticas. Ao total éramos em 18 professores (estagiários acadêmicos) assumindo o ensino das artes com especificidade em Dança para 06 turmas da educação infantil.

Da realização do Estágio em Dança, no Instituto, percebi que fez com que florescesse em mim a percepção de um olhar sensível, voltado à qualidade e a prática de ensino corporal. O que possibilita enquanto acadêmicos e futuros profissionais com estudos específicos em dança a refletir re/pensar as práticas corporais visando a melhorar da disposição corporal da criança em seu processo de aprendizagem e de desenvolvimento motor.

Ao elaborarmos os relatórios finais pudemos refletir sobre o ensino das artes na escola e de que forma nós licenciados em dança poderíamos nos incluir no campo de ensino infantil de escolas públicas. Observado o trabalho por nós desenvolvidos junto ao reflexo dos resultados. Percebo que a Dança tem muito a contribuir com o desenvolvimento da criança.

Em algumas escolas privadas, já encontra-se professores com diversas habilitações, até mesmo em dança. O que acaba por ser um diferencial para a escola. Nas escolas públicas o que se nota (através de algumas observações realizadas durante o período de estágios acadêmicos), é que há algumas intervenções voltadas a processos de criação, representação teatral e mostras de dança. E o que mais se destaca é o ensino da arte através de formas geométricas e desenhos.

Nesta última rede de ensino, pude observar durante as vivências na Universidade, que algumas escolas conseguem ter consigo durante um período pré determinado, estudantes acadêmicos que contribuem com seus ensinamentos no campo das artes. Mas, há tantas outras escolas que não tem o vínculo com universidade e/ou instituições formadoras de nível superior. Logo, não se tem inserção de estagiários a complementar as diferentes áreas do conhecimento.

Com isso, inúmeros questionamentos vieram à tona. E um dos que mais me inquietou foi pensar em qual seria a abordagem do ensino das artes na escola de educação infantil. Pois me pergunto se a criança está conseguindo se beneficiar do vasto conhecimento que as artes nos possibilita. E se há diferença quando as práticas corporais são dadas por profissionais com habilitação específica em dança

ou se os profissionais que atuam na escola estão conseguindo dar conta das artes e de suas especificidades.

Penso que a Legislação ainda tem muito a contribuir com o ensino das artes na escola. Esta já evoluiu do ponto de vista sistemático, mas ainda não visualiza a obrigatoriedade do ensino das artes por um profissional com habilitação específica para o ensino das artes na escola. O que de certa forma me decepciona, é que nós futuros licenciados em dança, não estamos inseridos na escola pública de forma efetiva a legitimar o nosso trabalho, como algo que contribua e impulsione o desenvolvimento corporal da criança.

Existem vias legais, vigentes, que asseguram o direito da criança ao ensino de artes na educação básica. No entanto, para a educação infantil a arte deve ser dada como meios norteadores da criação. Não especifica a legislação, que nesse período inicial é essencial que a disposição corporal da criança seja trabalhada por profissionais que tenham conhecimento específico. Visto, por mim, como algo essencial para proporcionar a locomoção e a melhora de habilidade corporal e articular. A dança por sua vez proporciona a integração das artes por conseguirmos incluir na prática lúdicas: musicalidade, percepções espaciais e corporais, assim como a representatividade a partir de representações coreográficas.

A arte e a dança devem andar juntas, sendo que no ambiente infantil quando se faz bagunça os educadores dizem pare de fazer “arte”. Logo, as crianças podem associar que arte é algo que não deve ser feito. Vocabulário e linguagem é algo que aprendi a ter nesse estágio e que fez com que eu compreendesse que na vida, precisamos ser claros para que ocorra o processo de comunicação. Repensar as terminologias foi o exercício que adotei durante e após a vivência de estágio na educação infantil.

O trabalho artístico para as crianças, através da dança na escola. Vejo que há um ganho colaborativo não só a Instituição envolvida. Ao meu ver há uma ampla contribuição, pois o acadêmico percebe novas formas e resultados as práticas propostas. Este se insere no mundo mágico e faz com que as crianças criem e recriem novas formas de movimento. A dança e a sua representatividade é vista na

prática. A alegria das crianças e o envolvimento da proposta é o que torna o trabalho coreográfico algo tão atrativa ao ambiente educacional.

O dançar, cantar, desenhar e representar precisa ser inserido de alguma forma na rotina escolar da criança. Esta precisa exercitar seu desenvolvimento cognitivo através no ensino das artes. Que por mim é visto como algo importante e essencial em todas as fases da vida, pois além de nos proporcionar integração e sociabilidade. Essas também nos possibilitam a momentos de prazer, bem estar o que reflete diretamente a qualidade de vida tão procurada em nossa contemporaneidade.

No Instituto, tivemos um momento de mostras coreográficas em todas as turmas, disponibilizadas para as intervenções pedagógicas dos estagiários em dança. A alegria e magia contaminava a todos no dia das apresentações. O figurino e a caracterização das crianças abrilhantaram o trabalho proposto pelos estagiários. A evidenciar estes como profissionais capazes de construir um mundo encantado, dinâmico e divertido. Com ludicidade e direcionamentos corporais aplicado a passos específicos, visíveis nas coreografias apresentadas pelos alunos.

Os elogios aos estagiários vieram após a apresentação de trabalhos artísticos, onde professores e gestores da escola identificaram em seus alunos cenas lúdicas ao desenvolvimento de trabalhos corporais. Por nós estagiarias vistas como melhora nos seguintes itens: noção rítmica, percepção de movimentos contínuos, acelerados e lentos. Percepção musical trabalhada a partir da gestualidade. E em relação a expressividade à própria representação e a conexão das crianças com o meio artístico.

Em relação de a formação e a atuação de profissionais estagiários, percebo que há conflitos na atuação e na legitimidade daqueles que ensinam determinada especificidade de conhecimento. Penso que para meios norteadores já contamos com ferramentas pedagógicas que auxiliam na realização de práticas voltadas para educação infantil, onde possibilita que seja trabalhado qualquer conteúdo em aula, em especial, até mesmo o ensino das artes.

Creio que de forma geral, na educação infantil, o ensino das artes é ministrado por profissionais formados e/ou em processo de formação em pedagogia. Este profissional acaba tendo que dar conta dos conteúdos para o ensino infantil, responsabilizando-se, também, por inserir o ensino das artes na escola. Em sua formação, passa por diversos saberes diversos saberes, porém muitos desses são vistos superficialmente.

A pedagogia por ser uma formação que concentra a demanda escolar e organizacional. Tem seu currículo direcionado ao ensino e aprendizagem escolar, incluído a processos de gerenciamento escolar. No caso do ensino das artes, é preciso ir além dos desenhos! É preciso integralizar ou de alguma forma abordar as quatro linguagens artísticas, sendo elas: dança, teatro, música e arte visuais.

Por mim é visto, a pedagogia, como um meio campo dos saberes, de forma geral, encontra dificuldades para atender a demanda necessária, enquanto apropriação de conhecimento específico. Pois, estes profissionais são na maioria das vezes os professores que dão a aula do professor que ou não foi chamado do processo de seleção, ou faltou. Outros tantos assumiram sua trajetória na unidocência. Ou seja, estes belíssimos profissionais tentam dar conta da educação, para que muitas vezes ou alunos não fiquem sem aula.

Em consequência, ocorre a falta de sintonia, que acredito influenciar no processo de aprendizagem dos alunos, pois por mais que sejamos bons naquilo que fazemos, não conseguiremos ser bons em tudo! Existe a fragmentação de conhecimento simplesmente por esse ser dividido em infinitas partes, o que para fins filosóficos chamados a distribuição de várias partes do conhecimento, de algo complexo. Por isso, a relevância de se pensar, neste trabalho, sobre a habilitação específica. Logo, estarei pensando em arte, mas atuando apenas na parte que compete a mim, enquanto graduanda do Curso de Dança.

Também ocorre de frequentemente a falta de professores, o que faz com que muitas vezes o professor atuante em uma área específica do conhecimento, se depare tendo que ministrar outras áreas que não são de seu domínio. O que por mim é identificado como defasagem (falta de sintonia) na qualidade de ensino.

Tenho como expectativa, conseguir provocar reflexões sobre a importância de se colocar um ou mais profissionais com habilitação específica em arte e suas especificidades, nas instituições que oferecem turmas de educação infantil. Pois acredito que há ganho na inserção do profissional formado em dança, na escola. Por este ter em suas habilitações saberes correspondentes a prática educativa corporal. Que para as crianças torna-se relevante, por estas estarem em processo de desenvolvimento e descobrimento do próprio corpo.

Acredito que a formação de licenciatura em dança vem a contribuir com o ensino das artes na escola, por profissionais qualificados e com olhar voltado ao conhecimento específico. Os estágios são a porta de entrada para a prática docente, neste ponto observo que o papel da Universidade se legitima enquanto Instituição formadora de ensino. A prática docente realizada por estagiários, tende a contribuir para formação de vivências acumuladas a um repertório de aprendizagens.

A atuação do estagiário no Instituto, é algo a ser cada vez mais incluído devido a sua efetividade nas propostas de ensino. Cada um atua conforme suas perspectivas e objetivos, o que caracteriza a identidade docente no espaço infantil. Os professores titulares tentam trabalhar a ludicidade com as crianças, de várias formas. Mas poucos são os profissionais que conseguem executar práticas corporais devidamente pensadas para melhora de disposição corporal das crianças.

Por fim, concluo este relato afirmando o interesse que tenho em continuar a jornada de trabalho voltado para educação infantil. O que vejo é que teremos que caminhar muito para termos o devido reconhecimento. Mas, não me desestimo pois já estamos conseguindo intervir nas escolas e propor a arte como ensino e a dança como parte deste.

ANEXO K - Fotos: Estágio no Ensino Infantil

ANEXO J

